



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V**

**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUZIA DA CRUZ PEREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DA PARAÍBA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: a atuação no
posicionamento político e na Força Expedicionária Brasileira
(1942-1945)**

**JOÃO PESSOA, PB
2023**

LUZIA DA CRUZ PEREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DA PARAÍBA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: a atuação no
posicionamento político e na Força Expedicionária Brasileira
(1942-1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Graduação em Relações Inter-
nacionais da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana

**JOÃO PESSOA, PB
2023**

Luzia da Cruz Pereira

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436p Pereira, Luzia da Cruz.

A participação da Paraíba na segunda guerra mundial [manuscrito] : a atuação no posicionamento político e na Força Expedicionária Brasileira (1942 - 1945) / Luzia da Cruz Pereira. - 2023.

52 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Segunda guerra mundial. 2. Patriotismo. 3. Nacionalismo. 4. Força Expedicionária Brasileira - FEB. I.
Título

21. ed. CDD 940.54

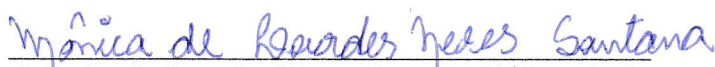
LUZIA DA CRUZ PEREIRA

A PARTICIPAÇÃO DA PARAÍBA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: a atuação no posicionamento político e na Força Expedicionária Brasileira (1942-1945)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

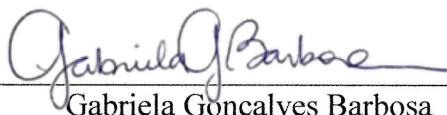
Aprovado em: 29/05/2023

BANCA EXAMINADORA


Mônica de Lourdes Neves Santana (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Fábio Rodrigo Ferreira Nobrega
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Gabriela Gonçalves Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a minha mãe que tanto amo, sem suas palavras de incentivo e apoio eu não teria chegado aqui. Aos meus amigos que tanto me ajudaram nos momentos que mais precisei e não me desampararam na caminhada. Agradeço a minha orientadora Mônica pela paciência, conselhos e toda atenção que me ofereceu durante este projeto. Sou grata a instituição da UEPB que proporcionou tantos ensinamentos e a graduação.

“O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido”.

Hannah Arendt.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	7
2.	O CENÁRIO DA SEGUNDA GUERRA MUDIAL.....	10
2.1	Antecedentes e iniciação da guerra.....	11
2.2	O posicionamento do Brasil nos primeiros anos da Guerra.....	16
2.3	A contribuição dos Estados Unidos para a mudança de direção diplomática brasileira.....	19
3.	A CONSTRUÇÃO DO APOIO DA PARAÍBA NA GUERRA CONTRA O EIXO.....	22
3.1	A influência do interventor Ruy Carneiro e do jornal <i>A União</i> na opinião pública Paraibana.....	22
3.2	Sentimento de Paraibanidade e Nacionalismo.....	27
3.3	A articulação na Paraíba para o esforço de guerra.....	29
3.4	Posicionamento militar da Paraíba.....	33
4.	A PARTICIPAÇÃO DA PARAÍBA NO ÂMBITO DA GUERRA.....	36
4.1	A criação da Força Expedicionária Brasileira.....	36
4.2	Convocação dos novos soldados e de oficiais da reserva na Paraíba.....	39
4.3	A Batalha e vitória do Monte Castello e os relatos de militares paraibanos.....	41
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	49

A PARTICIPAÇÃO DA PARAÍBA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: a atuação no posicionamento político e na Força Expedicionária Brasileira (1942-1945)

Luzia Pereira ¹

RESUMO

A presente pesquisa aborda a participação da Paraíba na Segunda Guerra Mundial por meio da atuação política do estado e na Força Expedicionária Brasileira, entre os anos de 1942 - 1945. Considerando os processos políticos e militares que ocorreram no período da Segunda Guerra Mundial, inicialmente abordou-se o contexto geral do conflito, como antecedentes e a iniciação da guerra. Em seguida, analisou-se um panorama mais específico como as políticas adotadas na Paraíba durante a época, o auxílio paraibano no confronto bélico e seus desdobramentos. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a importância da participação paraibana na Segunda Guerra Mundial a partir de 1942 até 1945. Dessa maneira, a pesquisa teve como pergunta central o seguinte questionamento: De que forma foram efetuadas as mobilizações na Paraíba, uma vez que as mesmas foram cruciais para a cooperação direcionada aos aliados no conflito internacional? A partir da análise das mobilizações foram constatados que os movimentos realizados se deram mediante o esforço de guerra constituído por autoridades políticas, militares e a população do estado. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica (histórica) e documental, ancorada nas informações colhidas nas publicações especializadas. Nesse sentido, o trabalho apresentou um cenário que possibilitou viabilizar o estado da Paraíba, bem como sua atuação no campo das relações internacionais durante a Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS CHAVES: Segunda Guerra Mundial; Patriotismo; Nacionalismo; FEB.

ABSTRACT

This research addresses the participation of Paraíba in the Second World War through the political action of the state and in the Brazilian Expeditionary Force, between the years 1942 - 1945. Considering the political and military processes that occurred during the Second World War, it initially addressed the general context of the conflict, such as antecedents and the initiation of the war. Then, a more specific panorama was analyzed, such as the policies adopted in Paraíba during the time, the assistance from Paraíba in the warlike confrontation and its consequences. The general objective of the research is to analyze the importance of Paraíba participation in World War II from 1942 to 1945. In this way, the research had as its central question the following question: How were the mobilizations carried out in Paraíba, since they were crucial for the cooperation directed at the allies in the international conflict? Based on the analysis of the mobilizations, it was found that the movements carried out took place through the war effort made up of political and military authorities and the state population. For that, a bibliographical (historical) and documentary review was carried out, anchored in the information collected in specialized publications. In this sense, the work presented a scenario that made it possible to make the state of Paraíba viable, as well as its performance in the field of international relations during the Second World War.

KEYWORDS: Second World War; Patriotism; Nationalism; BEF.

¹ Graduanda do Curso de Relações Internacionais do Campus V da Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail: luzia.dacruzpereira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial foi um dos confrontos internacionais que mais impactaram o mundo, causou atrocidades, intensificou as hostilidades políticas e ideológicas entre países e ceifou a vida de milhares de civis, entre eles estão aqueles que foram vítimas no propósito de serem exterminados por ideologias extremistas, tendo como exemplo de alvo os judeus, negros, homossexuais e os demais povos considerados raças inferiores pelo regime nazista (COGGIOLA, 2015, p. 6).

O descontentamento dos países totalitários por motivações econômicas, bem como sociais foram alguns dos motivos que encaminharam para o surgimento da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Hobsbawm (1995), esse descontentamento tem origem nos tratados de paz, que por sua vez beneficiavam os vencedores da Primeira Guerra Mundial com maiores territórios, recebimento de indenizações por danos causados pelo conflito e prestígio devido a vitória. Em contra partida, as nações perdedoras tinham seus territórios diminuídos, dívidas da guerra e de indenizações e a humilhação advinda dos países vitoriosos (HOBSBAWM, 1995, p. 35).

Por conseguinte, regimes totalitários como o nazismo e o fascismo adquirem força nesse novo cenário com o fim da Primeira Guerra. O nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália ganham destaque com promessas e discursos de melhorias econômicas, recuperação do nacionalismo exacerbado, reestruturação do poder bélico e a expansão de seu território para estabelecer um grande império. Logo, a popularidade dos regimes mencionados se tornam uma ferramenta essencial para a ascensão política de líderes ditadores como Hitler e Mussolini (HOBSBAWM, 1995, p. 35).

Diante desses acontecimentos, a Itália e Alemanha não satisfeitas com as posições em que ocupavam no pós Primeira Guerra Mundial, invadem países e descumprem acordos estabelecidos com os Estados democráticos, o que ocasiona a iniciação da Segunda Guerra na Europa (COGGIOLA, 2015, p. 22)

Na Ásia, o Japão anexava a seu império cada vez mais territórios do continente asiático devido a sua busca por recursos naturais, algo que causou desconforto principalmente nos Estados Unidos. Outra razão que encaminhou as decisões japonesas nas invasões realizadas em países como China e Manchúria foi a busca pela alteração do *status quo*, ou seja, a mudança nos acordos de paz estabelecidos depois da Primeira Guerra, que inferiorizava o país e não reconhecia a igualdade racial entre o mesmo e as demais nações ocidentais (PORTAL ACADÊMICO CCH, 2017).

Consequentemente as hostilidades entre Estados Unidos e Japão aumentam até chegarem a uma declaração de guerra, iniciando assim um conflito não mais apenas na Europa onde estavam até então concentrados os confrontos. Desse modo, o cenário adquiria proporções maiores e era direcionado para o âmbito mundial (HOBSBAWM, 1995, p. 39).

Desta maneira, foram formadas alianças políticas e militares entre os Estados surgindo assim dois grupos: os Aliados (principais atuantes Inglaterra, França, Estado Unidos e União Soviética) e o Eixo (principais atuantes Alemanha, Itália e Japão). Diante desse cenário, os Aliados obtiveram apoio da América Latina, em especial do México e Brasil, únicos países Latinos a enviarem tropas para a guerra (BERNARDES, 2018).

No México foi criado o esquadrão 201 composto por 30 pilotos que lutou contra o Eixo no Japão (WIKIWAND, 2021), e o Brasil criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) composta por 25.834 pessoas entre homens e mulheres (as mulheres na função de enfermeiras) que lutaram contra tropas do Eixo na Itália (FORÇA EXPEDICIONÁRIA, 2020).

Apesar do Brasil ter adotado uma postura de neutralidade no início da guerra pelo fato de possuir boas relações com os países do Eixo, a exemplo da própria Alemanha, decide em 1942 declarar guerra contra o mesmo pelos seguintes fatores: os ataques de navios alemães a navios mercantes do Brasil que causaram a morte de 600 brasileiros, a opinião pública que por meio de mobilizações populares nas ruas exigiam do governo a declaração de guerra e a pressão dos Estados Unidos para que o Brasil obtivesse um posicionamento (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Tendo em vista que na época os Estados Unidos haviam estabelecido um importante relacionamento comercial com o Brasil, essa pressão por um posicionamento na guerra se torna extremamente relevante (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Além da declaração de guerra, o Brasil adota medidas para se posicionar perante os inimigos, uma delas foi a implementação de bases militares no nordeste do país a fim de proteger a nação de posteriores ataques inimigos. A Paraíba foi um dos estados que efetuou a defesa de seu litoral, levando em conta que geograficamente a região está localizada no ponto mais oriental das Américas, sendo assim, a mais próxima da costa africana, fator que poderia favorecer ataques do Eixo, principalmente por vias marítimas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Tendo em vista que a Paraíba era um estado geograficamente estratégico, logo surge a seguinte pergunta de pesquisa: como se deram as mobilizações efetuadas na Paraíba, uma vez que essas mobilizações foram cruciais para a cooperação direcionada aos aliados no conflito internacional?

Com o surgimento deste questionamento, justifica-se como hipótese que essa mobilização ocorreu através da organização política realizada na região, destacando-se o interventor (que na época correspondia à governador do Estado) Ruy Carneiro, nomeado pelo presidente do período estudado Getúlio Vargas; bem como as movimentações do esforço de guerra realizadas no território paraibano com o auxílio da população civil fortalecida pelo patriotismo e o sentimento de paraibanidade.

No quesito militar, a colaboração foi por meio de militares paraibanos enviados para a Força Expedicionária Brasileira. Dessa forma, sua importância nas relações internacionais ocorre através das colaborações mencionadas, uma vez que essas contribuições são auxílios fundamentais para seus

aliados na guerra por meio de fornecimento inclusive de matérias primas e segurança militar e policial na área litorânea do Estado. Em suma, é efetuada uma realização de cooperação nacional e internacional durante o estado de beligerância.

Ademais, a pesquisa segue uma interpretação voltada para a teoria marxista, uma vez que a teoria mencionada explana de forma compreensível as causalidades da guerra e seu desenvolvimento, tanto no âmbito do cenário europeu quanto no cenário paraibano, em razão de motivações econômicas e sociais serem os elementos principais que ocasionou no conflito mundial da Segunda Guerra. A metodologia abordada foi a revisão bibliográfica (histórica) e documental, ancorada nas informações colhidas nas publicações especializadas.

Dessa forma, ao apresentar a maneira como a Paraíba está relacionada com os acontecimentos históricos aqui estudados, o objetivo geral do presente trabalho consiste em analisar a importância da participação paraibana na Segunda Guerra Mundial a partir de 1942 (ano em que o Brasil adentra no conflito internacional) até 1945. Ademais, para uma melhor compreensão deste estudo a pesquisa traçou os seguintes objetivos específicos: 1) analisar as motivações que levaram o Brasil a ingressar na guerra, 2) compreender a posição política da Paraíba no período da Segunda Guerra Mundial, 3) apontar a ascensão do Patriotismo na Paraíba durante a guerra e 4) analisar a atuação da Força Expedicionária na Segunda Guerra Mundial.

Os confrontos ocorridos na Segunda Guerra foram acontecimentos que geraram diversas produções sejam de estudos, produções cinematográficas e até mesmo tema de músicas. Suas riquezas no âmbito acadêmico são imensuráveis pelo fato do conflito ser essencial para entender como surgiram as rivalidades e alianças entre os países que participaram da guerra, também os impactos que a mesma causou no mundo, nas sociedades existentes e o comportamento das relações internacionais dos Estados envolvidos antes, durante e depois deste cenário de hostilidades.

Esse acontecimento que faz parte da história de diferentes países e continentes também tem seu papel fundamental na história do Brasil e mais especificamente no estado da Paraíba. Partindo dessa premissa, o trabalho tem a função de resgatar a história contada segundo as lentes paraibanas, ou seja, o que a região mencionada vivenciou durante a Segunda Guerra Mundial e como a mesma pôde colaborar para a derrota dos países do Eixo.

Considerando todos esses elementos primordiais, a pesquisa busca viabilizar eventos que marcaram a sociedade paraibana durante o período de um dos maiores conflitos armados do mundo, como o sentimento nacionalista dos paraibanos ao se comprometerem com o Brasil na guerra e o vínculo regionalista denominado de “paraibanidade” que foi fortalecido nessa mesma época (SILVA, 2016). Além dos pontos citados, este trabalho pretende contribuir para ampliar o conhecimento sobre a his-

tória da Paraíba, uma vez que destaca momentos históricos do estado, agregando assim o conhecimento sobre a política da região, o comportamento da sociedade na década de 1940 e a participação da Paraíba na guerra como um ator relevante nas relações internacionais.

A escolha do tema está relacionada também ao interesse da autora em compreender como a sociedade civil e militar da Paraíba se posicionou durante um dos maiores conflitos internacionais do século XX, visto que durante a trajetória estudantil que obtive em diversos colégios públicos e privados pouco foi ensinado sobre a história da Paraíba e nada foi mencionado referente a vivência da mesma durante a Segunda Guerra Mundial.

Na esteira desses acontecimentos citados, o estudo abordará no primeiro tópico o âmbito geral da Segunda Guerra Mundial destacando os antecedentes da mesma e seu início, o posicionamento brasileiro no começo da guerra e como foi o processo de mudança diplomática diante do cenário internacional que surgia entre o final da década de 30 e início de 40.

No segundo tópico, a análise consiste na construção do apoio da Paraíba na guerra contra o Eixo. Nesse sentido, serão apontados elementos como a importância da opinião pública local sob o conflito, o sentimento de paraibanidade e nacionalismo que foram formados nesse período, a articulação política estabelecida no estado e o posicionamento militar da Paraíba.

No terceiro tópico, será analisada a participação da Paraíba na guerra. Os pontos a serem discutidos são: a criação da Força Expedicionária Brasileira, como ela foi elaborada e quais as dificuldades enfrentadas. A convocação dos soldados e oficiais da reserva paraibanos para o combate, demonstrando assim o comprometimento do estado com a guerra.

Por fim, o último ponto a ser apresentado será a batalha enfrentadas pela Força Expedicionária Brasileira na Itália, mais especificamente no Monte Castello junto aos militares norte-americanos, sendo relatados fracassos e conquistas em lutas, as estratégias formuladas contra os inimigos e as demais ações que resultaram na vitória das forças Aliadas.

Para concluir, vale também salientar que o tema do presente trabalho possui poucas fontes em razão da pouca exposição e valorização do assunto no âmbito acadêmico. Pensando nisso, surgiu a motivação para a escolha do tema a ser trabalhado visto que se trata de uma discussão rica para o espaço acadêmico e social. Sendo assim, acredito que o conteúdo possa enriquecer e contribuir para futuros estudos, e incentivar aqueles que se interessam pelo assunto a continuar e aprimorar ainda mais na divulgação do mesmo.

2. O CENÁRIO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A Primeira Guerra Mundial revelou ter sido um dos eventos mais catastróficos da primeira metade do século XX iniciada pela disputa entre Áustria-Hungria e Rússia pelo domínio da região dos Balcãs, pelo conflito de ideologias nacionalistas envolvendo eslavos e germânicos, o revanchismo

por parte da França contra a Alemanha e a divisão no continente europeu que era alimentada através da rivalidade dos grupos Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália) e Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia) (FERNANDES, 2022).

Com relação a Segunda Guerra Mundial, os acontecimentos que provocaram o confronto são semelhantes aos da primeira. Desta forma, fica possível compreender que a segunda se torna uma extensão da primeira e que a mesma ocorreu porque não houve avanços na diplomacia ou aprendizados retirados das consequências da Primeira Guerra. Nesse sentido, a comunidade internacional foi direcionada para um segundo conflito mundial com um número de vítimas maior que a anterior (FERNANDES, 2022).

2.1 Antecedentes e iniciação da guerra

Após o término da Primeira Guerra apenas 20 anos separam este acontecimento da Segunda Guerra, e apesar desta pequena distância alguns fatores durante o entre guerras foram cruciais para o encaminhamento e a concretização desta última.

De acordo com Vigevani (1995), uma das principais motivações que ocasionou o cenário da Segunda Guerra Mundial seriam as divergências entre os Estados que defendiam a manutenção do *status quo* vigente na época, estes Estados eram chamados de “Estados de bem-estar” e os países que buscavam a alteração do *status quo*, denominados “Estados de Poder”. Estes últimos, tinham como objetivo a modificação por razões de interesses estatais nacionais, uma vez que os mesmos foram prejudicados por meio do Tratado de Versalhes e dos acordos de paz, a exemplo da Alemanha em razão dos atos cometidos na Primeira Guerra, e das nações vencedoras Japão e Itália insatisfeitas por não terem tido suas demandas atendidas (VIGEVAANI, 1995, p. 4). Diante dessas questões é possível atribuir a Primeira Guerra o surgimento da segunda, tendo em vista a ineficácia dos acordos de paz entre as potências vencedoras.

Além dos motivos citados que contribuíram para o conflito mundial, outro fator que encaminhou para este acontecimento, segundo Hobsbawm (1995), foi a não aceitação da importância econômica que a Alemanha possuía para a economia europeia, desta forma, ao negar a reintegração do país a economia do continente europeu não haveria estabilidade na Europa (HOBSBAWM, 1995, p. 31).

Somada a esses eventos, outra problemática relevante foi o sentimento de anti bolchevismo alimentado pelas nações ocidentais vencedoras (França e Grã-Bretanha na Europa) que rejeitavam o regime soviético e se posicionaram contra a Revolução na Guerra Civil Russa. Não escondendo sua insatisfação com os revolucionários russos, os Estados vencedores da Primeira Guerra excluíram o país, os submetendo assim a uma condição de isolamento internacional em que não havia possibilidade de relações com as demais potências (HOBSBAWM, 1995, p. 34).

Em detrimento dessa conjuntura internacional pós primeira guerra em que dois grandes atores estatais como Alemanha e União Soviética haviam sido afastados dos demais vizinhos europeus, a economia de ambos foi a principal afetada, levando-os à assinatura do tratado de Rapallo. De acordo com a emissora alemã Deutsche Welle (DW), o tratado foi assinado em 16 de abril de 1922 entre Alemanha e União Soviética na Itália, cujo propósito era uma defensiva e apoio mútuo frente a recusa das nações vitoriosas de ajudar economicamente e se responsabilizar pelos danos da guerra causado nos territórios dos países vencidos (principalmente o território alemão). Nesse sentido, a aproximação soviética e alemã foi direcionada para interesses políticos e financeiros, formando por fim uma relação diplomática necessária (DW, 2022).

Diante dos agravantes que se formavam nas relações dos Estados europeus, tem-se evidentemente, um quadro bastante amplo de situações que devemos salientar. Entre os elementos fundamentais que influenciaram na guerra, três deles foram a economia, diferenças sociais e ideologia.

Na economia havia a pobreza e dívidas extensas que consumiam os países perdedores da Primeira Guerra Mundial. As diferenças sociais foram sentidas principalmente pelo Japão após ser negado o seu pedido de igualdade racial nos acordos de paz; e a questão ideológica é vista no sentimento de anti bolchevismo tendo em vista que os países vencedores não aceitaram o novo regime instaurado na UNIÃO Soviética. Por conseguinte, a autora acredita que os pontos ressaltados são cruciais para entender a origem do conflito, uma vez que existia insatisfações em várias partes, envolvendo diferentes atores e por essas razões o início da guerra seria inevitável, como afirma Hobsbawm em seu livro *Era dos Extremos o Breve século XX 1914-1991* (1995).

As hostilidades na Europa continuaram a existir no período entre guerras, sendo o oposto de uma busca da paz, e o cenário se tornou ainda mais alarmante na década de 1920 com a crise de 29.

O historiador Eric Hobsbawm (1995), afirma que durante a crise alguns governos autoritários surgem, como é o caso da Alemanha e Japão, esses governos militaristas e de extrema direita adquirem força e popularidade com discursos de restabelecimento econômico e contra os acordos de paz que danificaram a estabilidade financeira. Dessa maneira, para alcançar esse objetivo os atores políticos dos regimes citados recorreriam a um enfrentamento militar ou por meio de negociações, logo é possível notar que a Segunda Guerra se tratava de um conflito previsto e previsível (HOBSBAWM, 1995, p. 35).

O descontentamento com a comunidade internacional se fortaleceu de forma crescente na Itália, Alemanha e Japão, países que posteriormente se tornaram as potências do Eixo na Segunda Guerra. Com a popularidade dos regimes militares adquirida na crise de 29 os alemães e italianos adotam regimes agressivos como por exemplo na Itália o fascismo e na Alemanha o nazismo, incentivando o nacionalismo exacerbado e políticas de expansão territorial, na Alemanha o expansionismo

é denominado pela ideia de espaço vital, termo utilizado para a concretização de uma unificação do império Alemão (PORTAL ACADÊMICO CCH, 2017).

Esse espaço vital foi possível de ser efetuado pela Alemanha inicialmente por meio das políticas de apaziguamento britânico e francês que na década de 1930 favoreceram a mesma ao conceder um aumento das forças armadas alemãs. Esse posicionamento da Grã-Bretanha e França ocorreu com a finalidade de evitar um novo confronto armado, romper com as tensões internacionais e conter o nacional-socialismo que se formava (VIGEVANI, 1995, p. 9).

Através do aumento militar que os alemães obtiveram no ano de 1936 eles conquistaram sua primeira expansão territorial que foi o território da Renânia, espaço que deveria se manter desmilitarizado como constava no Tratado de Versalhes. Em 13 de março de 1938 a Áustria foi anexada pelas forças alemãs e posteriormente a Tchecoslováquia foi invadida em 15 de setembro do mesmo ano na região da *Sudetenland*, e novamente outra ocupação a Tchecoslováquia, dessa vez em Bohemia e Moravia em março de 1939. Devido aos êxitos em suas dominações das regiões vizinhas, a Alemanha ganhava cada vez mais confiança para se expandir e mudar o *status quo* a seu favor (PORTAL ACADÊMICO CCH, 2017).

No entanto, o historiador Osvaldo Coggiola relata em seu artigo: *A Segunda Guerra Mundial: Causas, Estrutura, Consequências* (2015), que apesar da política de apaziguamento feita para se manter a paz na Europa, Hitler tinha outros objetivos e mesmo com os territórios da Tchecoslováquia cedidos com a aceitação da Grã-Bretanha e França por meio do tratado de Munique em 1938, o líder alemão direcionou suas forças militares para um novo alvo: a Polônia (COGGIOLA, 2015, p. 22).

Entretanto, a Polônia havia adquirido o apoio Franco-Britânico no caso de uma possível invasão de Hitler, algo que o Terceiro Reich não havia previsto, condicionando dessa forma a Alemanha a um conflito ainda maior, porém a aliança prestes a ser rompida com britânicos e franceses não a impediu de prosseguir com a invasão em setembro de 1939 (COGGIOLA, 2015, p. 22).

Por outro lado, as alianças alemãs tomam forma com a Itália no Pacto de Aço (Coggiola, 2015, p. 22), bem como com a URSS no Pacto Ribbentrop-Molotov, este último em agosto de 1939 em que consistia em uma não agressão entre os dois países e principalmente o compartilhamento da Polônia. O acordo Nazi-Soviético como também é chamado, não tinha pretensões de durabilidade para ambos os lados, tornando-se assim uma aliança frágil e passageira (PORTAL ACADÊMICO CCH, 2017).

No que diz respeito a Itália fascista, a aliança chamada de Eixo Roma-Berlim foi assinada em 1935 e assim como a Alemanha a Itália havia anexado outras regiões na tentativa de uma expansão territorial. Os Estados invadidos foram Etiópia em 1935 e em seguida a Albânia em 1939. Os italianos recorreram ao apoio alemão após a rejeição francesa e britânica que não concordavam com as ocupações realizadas. Ademais, outro fator extremamente relevante de cooperação alemã e italiana foi o fornecimento de armamentos ao exército franquista na guerra civil espanhola, apesar de ambos

os países terem assinado um pacto de não intervenção da mesma (PORTAL ACADÊMICO CCH, 2017).

Entre os japoneses a anexação foi efetuada na Manchúria em 1931, a motivação estava relacionada a recursos naturais como petróleo, borracha e arroz, uma vez que o Japão não possuía esses recursos em seu território. Contudo, as ações expansionistas japonesas são ampliadas não apenas na região da Manchúria como também na China após vencerem um confronto contra os chineses na capital *Nanjing* em julho de 1937 e garantirem a retirada das tropas inimigas para o interior do país. Diante desses acontecimentos o Japão passa a obter uma forte influência sob os demais países asiáticos e assina o pacto com a Alemanha, surgindo por fim a formação Roma-Berlim-Tóquio (PORTAL ACADÊMICO CCH, 2017).

Todos esses eventos relacionando às três potências são cruciais para se entender a iniciação da Segunda Guerra Mundial, pois segundo Hobsbawm (1995), a soma de todos eles levam a um confronto iminente. Além dos atos dos países insatisfeitos e a formação de uma aliança dos mesmos, a não reação da Grã-Bretanha e França a esses fatos também contribuíram para a concretização do conflito internacional (HOBSBAWM, 1995, p. 36).

Na medida em que é possível compreender que a política de apaziguamento ajudou inconscientemente o Terceiro Reich em especial a avançar grandemente em seus planos, outro elemento que foi fundamental para seus feitos foi a existência da URSS e a crença dos países imperialistas ocidentais de que Hitler direcionaria suas forças militares para A UNIÃO Soviética. Nesse sentido, era conveniente para as potências ocidentais a expansão nazista em que beneficiava grandemente os Estados capitalistas com a possibilidade de interrupção do crescimento revolucionário socialista (COGGIOLA, 2015, p. 23).

De acordo com Coggiola (2015), o sentimento anti socialista obtinha um destaque entre os países imperialistas mesmo após a iniciação da guerra em setembro de 1939, uma das manifestações que mostram esse cenário é o posicionamento da imprensa francesa que dirigia ataques a URSS, porém os ingleses lembram aos aliados franceses que o inimigo a quem foi declarado a guerra havia sido a Alemanha e não os Soviéticos. Em suma, o que estava prevalecendo no início da Segunda Guerra Mundial era tanto uma disputa Inter imperialista como uma contra revolução (COGGIOLA, 2015, p. 24).

No entanto, Coggiola (2015) ressalta que os conflitos de guerra civil europeia não definem sozinhos as reais causas dos antecedentes da Segunda Guerra, sendo a Guerra sino-japonesa um confronto de grande relevância. No Extremo-Oriente a revolução chinesa em 1919 desencadeia as lutas de classes no país, bem como a luta internacional com o Japão, tornando dessa forma o Oriente como um ator de importante posição para o cenário internacional (COGGIOLA, 2015, p. 28).

A guerra China-Japão revelou também uma importância em termos de atrocidades cometidas pelo exército japonês. A ocupação em Xangai, Nanquim e o sudoeste da China foram realizadas por meio de diversos bombardeios japoneses. No entanto, a China, não havia recebido nenhuma declaração de guerra oficial do inimigo. Os atos hediondos cometidos contra a população de Nanquim após a ocupação japonesa em 1937 causaram as mortes de mais de 300 mil civis (COGGIOLA, 2015, p. 27).

Após o sucesso do confronto contra a China, o Império do Sol vai em busca de recursos naturais na Indochina Francesa em 1940, contudo os Estados Unidos reagem de forma opositora pedindo a retirada do país da região, utilizando inclusive embargos econômico contra o Japão, iniciando assim as hostilidades entre os dois Estados (PORTAL ACADÊMICO CCH, 2017).

Desse debate, pode-se observar que a dimensão política dos resultados de todas as manobras efetuadas pelas potências do Eixo foi a guerra a fim de obter a mudança do *status quo* não mais por meio da diplomacia, mas sim das forças militares. A não intervenção da Comunidade Internacional para conter o Eixo teve proporções devastadoras que afetaram as nações vencedoras e perdedoras na guerra. Em suma, podemos compreender que ambos os lados (países aliados e eixo) obtiveram cálculos errôneos da real situação do cenário internacional, realizando por fim decisões que dizimou povos e territórios.

Segundo Hobsbawm (1995), em 1939 a guerra surge ainda de forma delimitada, existindo apenas em território europeu. A princípio, os envolvidos no conflito de exclusividade europeia são Alemanha contra França e Grã-Bretanha após a invasão alemã à Polônia. No entanto, a França logo é invadida pelo exército alemão em 1940 restando unicamente a Grã-Bretanha contra a Alemanha do *Führer* (líder).

A Itália que até então encontrava-se neutra diante dos acontecimentos escolheu o lado alemão fortalecendo assim ainda mais a aliança entre os dois países, enquanto os britânicos lutavam sozinhos favorecendo, portanto, seus inimigos (HOBSBAWM, 1995, p. 37).

Diante de uma conjuntura vantajosa para Hitler, o líder nazista expande ainda mais suas invasões chegando a URSS em 22 de junho de 1941. Segundo Hobsbawm, não era esperado por Stalin a atitude obtida pela Alemanha, visto que esta última lutava em outra frente com os britânicos. Contudo, o autor explana que a ambição nazista era possuir o vasto território oriental com intuito de adquirir recursos naturais que se encontravam no oriente. O ataque à URSS no início obteve êxito para a Alemanha, porém o líder soviético reagiu à invasão e conseguiu vitória contra o adversário (HOBSBAWM, 1995, p. 38).

Em uma nova tentativa de invasão à URSS a Alemanha mais uma vez é derrotada. O fracasso ocorreu em Stalingrado entre o verão de 1942 à março de 1943. Após essa segunda derrota alemã os russos consolidavam cada vez mais seus avanços (HOBSBAWM, 1995, p. 38).

Até o momento, a guerra provoca espaços vazios em alguns impérios no Sudeste da Ásia, despertando reivindicações japonesas como o caso mencionado do Japão ao reclamar o território da Indochina, sendo esta última anteriormente dominada por franceses, o que encaminhou para um descontentamento por parte dos Estados Unidos, chegando aos embargos econômicos emitidos pelos estadunidenses como forma de retaliação contra os japoneses pela invasão ao território do Sudeste Asiático (PORTAL ACADÊMICO CCH, 2017).

Ao sofrerem com os danos econômicos e não mais terem acesso às comercializações por vias marítimas, o Japão decide por um enfrentamento aos Estados Unidos, tornando dessa maneira a guerra mundial e não mais exclusivamente europeia. Nesse sentido, a consolidação do conflito entre as duas potências ocorre com o ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro no ano de 1941 (Hobsbawm, 1995, p. 39). Tornando assim o conflito mais próximo do continente americano.

2.2 O posicionamento do Brasil nos primeiros anos da Guerra

No Brasil, o chefe de governo durante a época do conflito internacional era Getúlio Vargas. Em seu governo existia uma grande formação nacional que era o constante incentivo ao nacionalismo exacerbado. A partir dessa premissa era fundamental a busca pelo desenvolvimento do país na industrialização interna, pelo avanço na economia e a defesa da soberania nacional (SANTOS, 2006, p. 40).

De acordo com Luciana Ibarra Santos em sua dissertação *Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial* (2006), esses ideais que surgiam no Brasil ocorreram durante o Estado Novo, período em que segundo Santos (2006), era construído um posicionamento político que representava tanto os atores defensores da industrialização do país como também a elite comprometida com o mercado internacional.

Dessa forma, Vargas administrava as relações internas e externas do país por meio da equidistância pragmática, termo denominado pelo historiador Gerson Moura (1980), para explicar a política externa exercida direcionada para os Estados Unidos e Alemanha (Mais Retorno, 2020), esclarecendo assim a relação amistosa do Brasil com os dois países citados. Logo, eram favorecidos os interesses internos do Estado brasileiro, tanto para os industrialistas como os que exportavam para o mercado estrangeiro, sendo então compreensível a escolha de neutralidade do Brasil no início da guerra (SANTOS, 2006, p. 41).

A busca por benefícios para o Brasil por meio deste posicionamento político foi iniciada desde o governo provisório de Vargas entre os anos 1930 e 1934. As causas que motivaram o chefe do governo a esta articulação eram a industrialização brasileira e o desenvolvimento econômico do país. No entanto, as relações comerciais com o governo alemão e o estadunidense tinham diferenças, pois

de acordo com Nathan Oliveira em seu artigo *História do Brasil – Um resumo da Política Externa Brasileira na Era Vargas* (2020), as negociações realizadas com os Estados Unidos estavam estabelecidas em menores tarifas comerciais (OLIVEIRA, 2020).

Por outro lado, com os alemães ficou definido em forma de trocas de mercadorias, o que seria o equivalente a prática do escambo. Em 1936, o Brasil assinou um acordo comercial com a Alemanha, firmando assim uma aproximação com o Terceiro Reich (OLIVEIRA, 2020).

Mesmo tendo negociações favoráveis comercialmente com os alemães, havia uma crise diplomática entre Brasil e Alemanha que foi iniciada em 1937 com a nomeação de Osvaldo Aranha para Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Aranha tinha uma proximidade voltada para os Estados Unidos, o que causava descontentamento entre os apoiadores do Eixo no Brasil e aos nazistas. Contudo, como acentua os historiadores brasileiros Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2011), a instabilidade diplomática foi intensificada ainda mais entre o governo brasileiro e alemão em 1938 no Rio de Janeiro durante uma reunião entre Vargas e o embaixador da Alemanha, Karl Ritter, em que Ritter questionava o presidente brasileiro sobre a proibição de partidos políticos incluindo o partido nazista no país (que tinha como membros imigrantes alemães), atitude de Vargas que causou desconforto ao Terceiro Reich (CERVO; BUENO, 2011, p. 269).

Outro elemento que ocasionou a insatisfação alemã foi a ida de Osvaldo Aranha aos Estados Unidos para tratar de assuntos nas áreas econômicas, militares e políticas, formando um alinhamento maior entre Brasil e Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2011, p. 269).

Ao instaurar uma campanha de nacionalização e proibir a propaganda e permanência de partidos políticos (entre as medidas a proibição de atividades políticas de estrangeiros) a Alemanha passa a ter um vínculo cada vez mais repleto de limitações com o Brasil. No entanto, as crises recorrentes entre os governos não abalam as comercializações de ambos os países. Porém a realidade não era a mesma entre Brasil e os Estados Americanos, em especial os Estados Unidos, pois com as nações americanas os acordos eram realizados com maior facilidade e em aumento considerável em comparação com a Alemanha (CERVO; BUENO, 2011, p. 271-272).

Um ponto fundamental a ser identificado aqui, é o fato de como a neutralidade brasileira permanece até o momento por questões principalmente econômicas. Todavia, o governo brasileiro sabia que em um determinado momento teria que escolher um dos lados na guerra, pensado nisso, o chefe de Estado e o Ministro das Relações Exteriores analisavam cuidadosamente o melhor parceiro comercial, os danos e ganhos para cada decisão.

Por outro lado, o cenário era divergente entre Brasil e Itália, isso porque a Itália sentiu-se menos abalada com o impedimento das propagandas políticas ou demais atividades dessa natureza, diferente do que ocorreu com a Alemanha. Dessa maneira, a Itália apenas rompeu com seu apoio a

Ação Integralista Brasileira (movimento político semelhante ao fascismo), após este último ser vencido e condicionado como um movimento ilegal por Getúlio Vargas em 1937. Em suma, o governo italiano restringe suas relações, mantendo proximidade tão somente com o Estado Novo (CERVO; BUENO, 2011, p. 272).

Devido à semelhança do Estado Novo com regimes autoritários, os Estados Unidos visualizavam no novo governo brasileiro um fator preocupante, que seria o alinhamento maior com países do Eixo. Todavia o Brasil adotou segmentos que acalmaram a tensão americana, continuou com a preferência estadunidense nas relações diplomáticas, rompeu com a Ação Integralista Brasileira (AIB) e manteve a equidistância pragmática entre alemães e estadunidenses, apesar do favorecimento americanista (CERVO; BUENO, 2011, p. 272).

Em relação à segurança, mesmo havendo uma grande distância geográfica em que ocorria a Segunda Guerra Mundial, (quando esta ainda se tratava de uma rivalidade limitada à Europa), as nações americanas ficaram apreensivas e em estado de alerta sobre o risco de possíveis danos ou ataques em seu território, ainda que todas estivessem em neutralidade até então. Por essa razão as Repúblicas das Américas realizaram as conferências do Panamá em outubro de 1939 e em Havana em 1940 com a finalidade de fortalecer a segurança coletiva no continente e restabelecer o pan-americanismo (EXÉCITO BRASILEIRO, 2018).

Uma das medidas adotadas que comprovam a aliança entre as nações americanas é a declaração de comprometimento realizada na Conferência de Havana onde é firmado o seguinte acordo: todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou a independência política de um Estado americano será considerado como ato de agressão contra os Estados que assinaram esta declaração (EXÉCITO BRASILEIRO, 2018).

No ano seguinte à Conferência de Havana, em 7 de dezembro de 1941 ocorreu o ataque japonês à Base Naval de *Pearl Harbor* como consequência dos problemas diplomáticos entre Japão e Estados Unidos por embargos econômicos americanos contra o império japonês. O Brasil por sua vez prestou apoio aos norte-americanos e se solidarizou, fazendo-se cumprir assim com o compromisso firmado em Cuba e tornando mais evidente o possível fim da neutralidade brasileira (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Em 28 de Janeiro de 1942 as Repúblicas da América novamente reúnem-se, desta vez no Rio de Janeiro. Após o ataque a *Pearl Harbor*, o Brasil entendia que a guerra havia chegado em solo americano e em resposta à iminente ameaça que os países do Eixo representavam. Logo o Estado brasileiro declara oficialmente o rompimento das relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão (SANTOS, 2006, p. 41).

Ao prestar apoio para os Estados Unidos e romper diplomaticamente com o Eixo, o Brasil, contudo, permanece com seu posicionamento de neutralidade relacionada à guerra. Todavia, o Eixo

não satisfeito com o envio de mercadorias do Brasil para os Estados Unidos e por meio de navios afundou a primeira embarcação brasileira, o cargueiro *Buarque* em 16 de fevereiro de 1942, dois dias depois o mesmo ocorre ao cargueiro *Olinda*. Dessa forma, os eventos de ataques a navios mercantes brasileiros mostram que os países do Eixo efetuariam ofensivas não apenas a seus inimigos, como também às nações aliadas a seus adversários (SANTOS, 2006, p. 42).

O surgimento dos primeiros ataques desperta um alerta ainda maior no Brasil, o afastando cada vez mais da Alemanha. Por outro lado, mesmo após esses acontecimentos e o rompimento diplomático entre Brasil e Alemanha, o Brasil continua com seu posicionamento de neutralidade, logo é possível identificar neste ponto da pesquisa que havia uma cautela do governo brasileiro acerca de como proceder, pois o cenário do conflito chegava diretamente ao país.

A insatisfação brasileira com Alemanha, Itália e Japão é demonstrada com as relações diplomáticas desfeitas, apesar de expressar sua oposição aos eventos ocorridos, o Brasil além de sofrer um ataque alemão em fevereiro a dois de seus navios, têm novamente o recebimento de ataques em agosto do mesmo ano entre os dias 14 à 17. Nesta última ofensiva cinco navios foram afundados em águas brasileiras causando a morte de mais de 600 pessoas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Na esteira desses acontecimentos, a população brasileira manifesta sua profunda insatisfação perante os atos cometidos pelo Eixo, que vão desde a invasão por navegação em águas brasileiras aos ataques de navios mercantis que aniquilaram mais de 600 vidas. Como resposta, o povo reage por meio de protestos e marcha organizada por estudantes em frente à embaixada dos Estados Unidos. Desta maneira, o governo brasileiro é pressionado pela opinião pública para que a declaração de guerra seja enfim realizada. Em razão dos fatos ocorridos, o Brasil declara no dia 22 de agosto de 1942 estado de beligerância contra Alemanha, Itália e Japão, mas no dia 31 do mesmo mês o governo brasileiro decide e anuncia oficialmente que está em guerra contra os países do Eixo (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Todavia os ataques alemães a navios brasileiros e a opinião pública não são as únicas motivações para a decisão brasileira sobre a guerra. Outro ponto crucial foi a aliança com os Estados Unidos e os benefícios que esta poderia oferecer ao Brasil, desde um avanço na industrialização do Estado até seu desenvolvimento em termos de mobilidade, sendo assim um fator determinante para o alinhamento Rio de Janeiro e Washington.

2.3 A contribuição dos Estados Unidos para a mudança de direção diplomática brasileira

Apesar do interesse comercial do Brasil nas duas maiores potências em questão (Estados Unidos e Alemanha) a condição de neutralidade brasileira muda pouco a pouco na medida em que o país adquiriu uma proximidade maior com os Estados Unidos. Como foi anteriormente mencionado, havia

uma intensa preocupação de Washington ao perceber uma semelhança no Estado Novo com regimes totalitários, bem como a simpatia por esses regimes por parte de algumas autoridades do governo e do EXÉRCITO BRASILEIRO. Diante de uma possível aliança entre Brasil e Alemanha, o Estados Unidos passa a mobilizar-se para romper com o alinhamento entre Rio de Janeiro e Berlim (CERVO; BUENO, 2011, p. 271).

Nesse sentido, além da missão Aranha mencionada, os Estados Unidos também convidam para uma visita o general brasileiro Gois Monteiro entre maio e julho de 1939, convite este feito pelo general americano George Marshall, ambos os generais conversaram sobre política e assuntos militares, formando desta maneira o início de uma relação mais profunda entre os dois Estados, tendo como objetivo a cooperação brasileira e a colaboração da mesma para servir aos interesses estadunidenses (CERVO; BUENO, 2011, p. 271).

A estratégia dos Estados Unidos de atrair aliados não era estendida apenas ao Brasil, mas também a outros países da América Latina como por exemplo México, Argentina, Cuba e Venezuela, sendo chamada essa articulação feita pelo presidente Franklin D. Roosevelt de política da boa vizinhança. Para o Brasil, as negociações entre Washington e Rio de Janeiro continuavam em andamento, em termos econômicos e comerciais, no entanto havia uma discordância no aspecto militar. Por outro lado, segundo Cervo e Bueno (2011), o Brasil havia defendido a adoção da medida de “mar continental” na Conferência pan-americana em setembro de 1939, essa medida correspondia a uma área de segurança marítima de 300 milhas dos mares do continente americano para garantir a neutralidade no início da guerra e uma proteção para os Estados americanos (CERVO; BUENO, 2011, p. 271).

Outro importante acontecimento que encaminhava o Brasil para mais perto dos Estados Unidos, apesar de sua até então neutralidade, foi a colaboração financeira norte-americana para uma empresa privada chamada Panair do Brasil efetuar a construção e melhoramento de aeroportos do Norte e Nordeste brasileiro. Todavia, a cooperação entre Washington-Rio de Janeiro foi ampliada com mais uma construção que foi a usina siderúrgica em Volta Redonda. Para a aquisição do investimento estadunidense Getúlio Vargas usou seu poder de barganha na questão territorial, isso foi possível pelo fato do Brasil possuir uma posição geográfica crucial de defesa na guerra, que por sua vez interessava os Estados Unidos por razões de uma iminente entrada norte-americana no conflito internacional (CERVO; BUENO, 2011, p. 272-279).

Contudo, as negociações que ocorreram entre 1939-1940 não foram fáceis, os Estados Unidos aceitaram investir na usina com a condição da construção ser feita por meio de uma empresa estadunidense, no entanto, as empresas norte-americanas não tinham interesse pelo projeto em questão. Diante da dificuldade formada o projeto não prosseguiu até 1940 quando a Alemanha adquiriu vantagem na guerra ao derrotar e invadir a França, ocasionando posteriormente em uma surpreendente notícia no Brasil, chegando até a formação de opiniões de apoio e de oposição aos alemães, dividindo

assim a população brasileira. Vargas por sua vez, aproveitou o acontecimento a seu favor quando fez o discurso no dia 11 de junho de 1940 em apoio a Alemanha, propagando inclusive elogios ao regime totalitário (CERVO; BUENO, 2011, p. 279).

Algumas questões me parecem substantivas ao se discutir as manobras feitas pelo governo Vargas durante a guerra, seria de que apesar de haver negociações em andamento com o governo estadunidense na década de 40 Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha analisaram não apenas acordos econômicos para definir um lado na guerra, mas também o lado vencedor, e nesse período Hitler obtinha a vantagem sob o confronto bélico.

Outrossim, correspondia a questão ideológica, pois existia o fato de que o Brasil obtinha um regime semelhante ao dos países totalitários pois Vargas encaminhava o país para uma ditadura (SILVA, 2016, p. 32). desse modo seria vantajoso um alinhamento com Berlim, tendo em vista que não se tornaria contraditório apoiar um modelo de governo ao qual o Estado brasileiro possuía semelhanças com o mesmo, diferente do que ocorria em um alinhamento com um país democrático como os Estados Unidos.

Contudo, o planejamento do presidente brasileiro era chamar a atenção de *Washington* para que caso o mesmo não iniciasse a cooperação, o Brasil procuraria apoio alemão. Logo o recado de Vargas teve um bom retorno e em 25 de setembro a delegação brasileira firmou o acordo entre os dois países para a construção da siderúrgica. É importante destacar que a cooperação também foi vantajosa para *Washington* não apenas pelo acesso ao território brasileiro durante a guerra como também com o aumento do comércio entre os dois países que reafirmava ainda mais o favoritismo para os norte-americanos diante de uma disputa com a Alemanha (CERVO; BUENO, 2011, p. 281).

Toda essa série de eventos foram fatores fundamentais para influenciar na escolha do Brasil em aliar-se aos Estados Unidos e os demais países aliados, rompendo assim diplomaticamente com o Eixo. Como resultado dessa unificação e estratégia estadunidense em atrair a América Latina, *Washington* obteve apoio militar por parte do Brasil por meio da FEB e do México com o esquadrão aéreo 201, contribuindo desta maneira para a vitória na guerra.

Entretanto, a contribuição brasileira na defesa contra o Eixo iniciou-se ainda antes de sua entrada na guerra no ano de 1941 devido a aliança mencionada com os Estados Unidos. Como aponta o mestre em história Armando Siqueira em seu artigo *A VENEZA AMERICANA E O TRAMPOLIM DA VITÓRIA: UM ESTUDO COMPARADO ACERCA DE RECIFE E NATAL NA ÉPOCA DA SEGUNDA GUERRA (1939-1945)*. Após assumir uma posição de alinhamento com os norte-americanos o Brasil permitiu que os territórios do litoral nordestino fossem utilizados para a formação de defesas em áreas importantes direcionadas ao Norte da África onde o Eixo havia dominado. Essas defesas ocuparam as regiões dos seguintes estados do Nordeste: Rio Grande do Norte e Pernambuco (SIQUEIRA, 2019, p. 2).

No Rio Grande do Norte houve a instalação de bases aéreas norte-americanas na cidade de Parnamirim, o acontecimento ficou conhecido como “trampolim da vitória”, e em Pernambuco foram instaladas em Recife a base naval da U.S. Navy (SIQUEIRA, 2019, p. 2). Posteriormente, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foram articulados batalhões de artilharias antiaéreas, bem como três regimentos de infantarias, sendo eles: 14^o, 15^o e 16^o ao qual tinham suas sedes em Recife, João Pessoa e Natal (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

A região nordestina utilizou esforços tanto militares como também civis, e entre os que ofertaram esse duplo auxílio está a Paraíba, estado que atuou ativamente para ajudar na guerra, seja por meio das forças armadas, da população e até mesmo de recursos naturais através da extração de urânio em solo paraibano.

3. A CONSTRUÇÃO DO APOIO DA PARAÍBA NA GUERRA CONTRA O EIXO

Considerando o posicionamento brasileiro direcionado aos países democráticos e consequentemente em oposição as nações totalitárias, o Brasil inicia um preparo de cooperação nacional para o estado de beligerância em que o país se encaminhava.

A partir desse cenário, interventores de todos os estados brasileiros obtinham a responsabilidade de articular e concretizar mobilizações populacionais voltadas a guerra. Na Paraíba as mobilizações aconteceram por meio da imprensa, lideranças políticas, da educação e de forças militares. Desse modo, a construção do apoio paraibano foi efetuada por diferentes etapas e através de participação ativa de diversos órgãos, afim de incentivar e conquistar o apoio da sociedade paraibana em todas as suas classes sociais.

3.1 A influência do interventor Ruy Carneiro e do jornal *A UNIÃO* na opinião pública paraibana

As movimentações no país feitas antes da guerra em diversas áreas desde a economia até a de unidade nacional são projetos pensados não apenas para fortalecer o regime autoritário de Vargas, mas também para adquirir o apoio da população brasileira em relação a inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2019, p. 2).

Tendo em mente essa perspectiva, o chefe de Estado adotou medidas para concretizar seus planejamentos, entre elas está a nomeação de interventores para cada estado do país, com a finalidade de controlar e persuadir a opinião pública de cada região. Porém esse controle por meio da persuasão não era restrito ao interventor, outro mecanismo que possibilitou esse objetivo foi a imprensa local (SILVA, 2019, p. 5).

Nesse sentido, a Paraíba se tornou um dos estados atingidos fortemente pela influência do interventor (na época Ruy Carneiro) e da imprensa oficial local, o jornal *A UNIÃO*. Essa influência correspondia em incentivar a entrada do país no conflito internacional, ato que é efetuado com sucesso após um trabalho estratégico e intensivo, direcionado aos civis paraibanos (SILVA, 2019, p. 8-9).

No que se refere ao jornal *A União* o mesmo possuía uma grande importância na Paraíba não apenas por ser o jornal oficial do estado, mas também pelo fato de haver um acesso em massa da população para o periódico, tendo em vista que nesse período era mais econômico e acessível a aquisição de jornais em comparação a outros meios de comunicação como o rádio.

Partindo da atuação de Ruy Carneiro, o político paraibano foi interventor da Paraíba de 1940 a 1945. Nasceu na cidade de Pombal, município pertencente ao estado que governou em 20 de agosto de 1906, era próximo das Oligarquias e de intelectuais da região, como por exemplo José Américo de Almeida, intelectual e personalidade política de extrema importância na Paraíba (SILVA, 2019, p. 6).

Segundo a historiadora Daviana SILVA (2019), Carneiro era formado em direito e obteve sua formação em 1927, no entanto, exerceu a profissão de jornalista através do jornal *Correio Manhã*. Na esfera política e apoiou a Aliança Liberal que correspondia a candidatura de Getúlio Vargas para a presidente e João Pessoa como vice presidente em 1929. Posteriormente participou do Movimento de 1930 e devido a este último feito constitui uma aproximação com Vargas e seus aliados (SILVA, 2019, p. 6).

Na esteira desses acontecimentos, por meio do bom relacionamento que possuía com José Américo, conseqüentemente Carneiro é nomeado pelo mesmo como oficial-de-gabinete quando Américo na época ocupava o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas durante o governo provisório (1930-1934). Logo, o cargo em que nomeou Ruy Carneiro tornou a aliança entre os dois ainda mais fortalecida e estável, trazendo benefícios principalmente para a carreira do seu oficial-de-gabinete (SILVA, 2019, p. 6-7).

No período em que trabalhou com José Américo, Ruy Carneiro conheceu diversos nomes importantes da política, entre eles estava Getúlio Vargas a quem conquistou confiança e em 1940 se tornou o interventor da Paraíba por escolha do estadista. De acordo com a historiadora Daviana SILVA (2019), Carneiro representava uma política inovadora que viabilizava a classe menos favorecida e presava pelo bem-estar social, no entanto, não rompe com práticas existenciais e enraizadas na política da região, como o alinhamento com as oligarquias, principalmente as presentes na Paraíba e posicionamentos condizentes a repressão, autoritarismo e opressão (SILVA, 2019, p. 6-7).

Somada a essas motivações para a nomeação de Ruy Carneiro como interventor, a historiadora paraibana Eliete SILVA (1985), em sua dissertação intitulada de *O PODER OLIGARQUICO NA PARAÍBA: DESCONTINUIDADE E RECRIAÇÃO (1889-1945)*, afirma que Carneiro possuía uma

política populista, algo que correspondia a prática exercida pelo chefe de Estado (SILVA, 1985, p. 319).

Além disso, Vargas também nomeia Ruy Carneiro para extinguir uma disputa inter-oligárquica que havia se instaurado na Paraíba, em que consistia no confronto pelo poder na região. Ao decidir por Carneiro que estava alinhado ao governo federal e não as famílias oligarcas paraibanas Getúlio Vargas diminui as tensões advindas do estado ocasionadas pelas elites paraibanas (SILVA, 1985, p. 318).

Outro fator marcante, dessa vez ressaltado por Daviana SILVA (2016), é a colaboração da imprensa na criação de uma imagem favorável para o interventor escolhido por Vargas. Os veículos de comunicações jornal *A UNIÃO* e *A Imprensa*, além de caracterizarem Ruy Carneiro como um populista e que fornecia assistência as camadas mais pobres da sociedade paraibana também realizavam comparações do mesmo com o ex-presidente da Paraíba (antigo nome atribuído aos governadores dos estados) João Pessoa, que possuía carisma e discursos populistas voltados para a grande massa da sociedade paraibana (SILVA, 2019, p. 7).

No que tange aos artifícios usados para convencer a população de que era necessária a entrada do Brasil na guerra, o interventor recorreu a discursos, atuações públicas, reuniões com aliados, comícios e transmitia mensagens de Getúlio Vargas em favor da guerra. Por conseguinte, outro elemento crucial que serviu de divulgação para o trabalho efetuado por Carneiro foi o jornal oficial do Estado *A UNIÃO*. O veículo de comunicação noticiava diariamente os acontecimentos relacionados aos feitos do interventor em concordância com a guerra, bem como divulgava informações sobre o confronto bélico e conseqüentemente convidava a população para apoiar a inserção do país no conflito, rompendo assim com o eixo (SILVA, 2019, p. 9).

Há que se perceber que, nesse debate, sobretudo no que toca aos interesses do governo era primordial a aprovação da opinião pública. Dessa forma, é possível observar que existiu a insistente construção do apoio populacional em diversos estados do Brasil e a Paraíba foi um deles que vivenciou essa estratégia na administração varguista.

A pesquisa em questão explana por meio de historiadores como Eric Hobsbawm e Daviana Silva que as medidas efetuadas durante a guerra, sejam no âmbito europeu (apresentado por Hobsbawm) ou no âmbito paraibano (relatado por Silva), alterou o cotidiano de toda a sociedade em áreas específicas para a preparação do esforço de guerra, sendo elas: A educação, a economia, a segurança e a política.

O jornal mencionado foi de grande ajuda para Ruy Carneiro, especialmente ao publicarem seus discursos direcionados a guerra. Um deles publicado em 22 de agosto de 1942 apresentou um verdadeiro esforço de guerra do interventor em despertar o patriotismo entre os paraibanos e por fim alcançar a aprovação da iniciação do país no enfrentamento contra os inimigos dos países aliados. O

pronunciamento em questão foi em resposta aos atentados sofridos pelo Brasil onde um submarino alemão afundou 7 embarcações brasileiras entre os dias 15 à 19 de agosto de 1942 (SILVA, 2019, p. 11). Em resposta a esse evento fatídico Ruy Carneiro proferiu o seguinte discurso:

[...] Sinto a felicidade, nesta hora angustiosa que atravessamos, de falar a voz da Paraíba diante deste pugilo de bravos do EXÉRCITO BRASILEIRO para expandir os sentimentos de nossa indignação contra a atitude covarde dos inimigos da civilização, ou melhor, da Humanidade, para com os quais não devemos ter condescendências e agir com ferro em brasa para mostrar-lhes que não somos um país de escravos! (SILVA, 2019, p. 12)

Após a declaração de guerra do Brasil contra as potências do eixo, no dia 31 de agosto o interventor da Paraíba expõe seu apoio na decisão do governo brasileiro por meio de mais um pronunciamento noticiado novamente pelo jornal oficial do estado, *A União*, com o manifesto:

Desde o primeiro instante, desde que vimos os Estados Unidos covardemente apunhalados pelas costas, que nos pronunciamos contra a borda sanguinária dos países totalitários. Dessa atitude nunca nos afastamos, tendo sido sempre veementes, decisivos e desassombrados os nossos pronunciamentos. [...] Agora, quando a suprema covardia dos piratas eixistas levou a morte a centenas de patrícios, envolvendo em luto inúmeros lares brasileiros, outro não podia ser o caminho a seguir. Nunca quisemos a guerra, e sempre nos colocamos distantes dos países em luta. Mas, dentro do conflito, todos nós brasileiros, saberemos ser dignos dos exemplos que nos legaram os nossos maiores (SILVA, 2019, p. 12).

Em ambas as mensagens de Ruy Carneiro é possível identificar que o mesmo recorre a um forte sentimento de nacionalismo através de suas palavras. Pode-se entender que o representante do estado paraibano busca não apenas tornar claro a necessidade da entrada na guerra como também argumenta que não existia outro caminho, visando assim chamar a atenção da opinião pública por meio das declarações feitas, com o intuito de obter a aprovação dos paraibanos e a contribuição para o esforço de guerra. Ademais, a autora Daviana Silva (2019), ressalta que o jornal *A União* foi fundamental para a propagação dos ideais nacionalistas proferidos muitas vezes nos discursos do interventor (SILVA, 2019, p. 13).

Com relação ao jornal oficial do Estado, *A União*, a autora Silva (2019) em seu artigo *A interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945) e o patriotismo na Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial* explana que a dedicação em noticiar os relatos sobre a guerra começam desde a iniciação da mesma, tendo inclusive uma coluna exclusiva para informações sobre o confronto, denominada de *Panorama da Guerra* (SILVA, 2019, p. 9). Todavia, na medida em que se iniciou os ataques de submarinos alemães contra navios brasileiros, o jornal passa a publicar não somente o panorama geral relacionado aos países em combate, mas também da atrocidade cometida contra a sua própria nação (SILVA, 2019).

Um dos periódicos que ressalta a tragédia para os paraibanos é referente aos navios brasileiros afundados em 18 de agosto. Através da narrativa feita pelo veículo de comunicação mencionado, a

atenção da população local é atraída e logo se volta para a tragédia. Em resposta ao acontecimento os civis residentes da capital paraibana e de cidades do interior do estado como Campina Grande são tomados pela indignação, gerando conseqüentemente passeatas em oposição ao Eixo e de petições por justiça as vítimas do desastre, sendo noticiadas também essas manifestações no jornal em questão (SILVA, 2016, p. 32).

Uma outra maneira utilizada no jornal citado de promover um esforço de guerra e desta forma adquirir o apoio dos paraibanos para a iniciação no confronto foi por meio da construção do sentimento de paraibanidade (termo utilizado para definir o patriotismo pela Paraíba entre seus residentes), conforme relata Daviana Silva (2016), ao explicar a importância da propagação desse ideal nos periódicos:

A construção de uma identidade paraibana também foi pauta de destaque dos periódicos e o que se confirmou era a necessidade particular de um sentimento de paraibanidade que pudesse unir a população de modo geral para o esforço de guerra. Matéria de grande destaque e complexidade para esta pesquisa, a entrevista concedida pelo capitão Mário Solon Ribeiro, chefe de polícia da Paraíba, em sete de maio de 1942 nos traz grandes inquietações sobre a construção de uma identidade paraibana comum durante a guerra, que por vezes, dialoga com a arraigada construção do que representa, afinal, o povo paraibano: resistência ou passividade? Sertão ou litoral? Capital ou interior? Tradição ou modernidade? (SILVA, 2016, p. 48)

Somado a esses fatores, outro elemento que causou efeito de comoção entre os paraibanos teria sido as mortes de cidadãos da Paraíba nos navios torpedeados. O jornal *A União* publicou a notícia um dia após o Brasil declarar guerra à Alemanha, Itália e Japão. Para comover o público local o jornal divulgou nomes, fotos e mencionou inclusive os familiares das vítimas ao destacar a seguinte notícia:

O COVARDE torpedeamento dos nossos navios pelos agressores do “eixo” trouxe o luto a inúmeros lares brasileiros, contando-se entre as vítimas do ignominioso atentado vários paraibanos. Além dos nossos conterrâneos J. Dias Junior, Gilberto Costa e do estudante de engenharia Flavio de Andrade Guimarães, cujo desaparecimento noticiamos em nossa edição de domingo, viajavam ainda no “Araraquara” os jovens João e Jaime Dias Pinto, filhos do saudoso paraibano Antonio Dias Pinto e irmãos do sr. Pedro Toscano Pinto, funcionário dos Correios e Telégrafos desta cidade. João Dias Pinto pertencia á tripulação do “Arabutan”, torpedeado há alguns meses atrás e vinha de passagem no “Araraquara” a fim de passar alguns dias de licença entre sua família, em Cabedêlo, para convalescer do grave abalo sofrido. Jaime Dias Pinto fazia parte da tripulação do “Araraquara”. Os clichês mostram Jaime e João Dias Pinto e o sr. Gilberto Costa (A UNIÃO, 23 de agosto de 1942, p. 5).

Outro sim, é o relevante espaço que o Brasil passa a ocupar no jornal com sua entrada no combate contra o Eixo. O veículo de comunicação *A União* oferece constantemente notícias sobre o treinamento da FEB e da FAB (Força Aérea Brasileira), tendo em vista que as mesmas, futuramente iriam para os campos de batalha na Europa. Contudo, Silva (2019) ressalta que pelo fato do jornal mencionado ser um órgão do governo, suas publicações não eram imparciais e não representavam a opinião de todos da sociedade paraibana, pois havia os opositores a entrada do Brasil na guerra. No

entanto, a imprensa oficial do estado não os menciona, sendo essa uma consequência do regime estado-novista de Vargas que reprimia ideias divergentes de seu plano político (SILVA, 2019, p. 2).

O período mencionado também é caracterizado pelo baixo índice de instrução educacional em boa parte da população brasileira, considerando essa realidade, é compreensível que a consciência política da maioria dos brasileiros era limitada, portanto, lideranças políticas, intelectuais e a publicidade e propaganda em revistas e jornais se tornavam elementos de grande influência para os civis que estavam nessa categoria. Em virtude dessas questões, entende-se que a opinião pública foi alinhada às ideias do chefe de Estado através de narrativas propagadas por personalidades e órgãos renomados da época comprometidos com o governo (SILVA, 2016, p. 97).

Diante do cenário em que se encontrava a Paraíba, gostaria de ressaltar dois pontos observados durante a pesquisa; o primeiro era de que o estado permanecia sob uma política controlada pelas oligarquias, não existiram mudanças significativas por parte do novo governador Ruy Carneiro, uma vez que o mesmo ainda efetuava práticas de favorecimento as famílias oligarcas paraibanas, e atendia as demandas do governo federal (SILVA, 2019, p. 7). Sendo assim, o jornal *A União* construiu uma imagem que não condizia com a realidade do mesmo ao propagar idealizações de que Carneiro desenvolvia uma política promissora e moderna para a Paraíba.

Outra questão diz respeito aos discursos do interventor que possuíam contradições, pois Carneiro em seu discurso menciona a liberdade como algo precioso e reprime a doutrina fascista dos países totalitários. Porém o Brasil durante o período da guerra era controlado por um regime autoritário que estabelecia a censura e perseguia imigrantes, principalmente os de origem alemã e italiana, ou seja, advindos das potências do eixo.

Em suma, o pronunciamento de Ruy Carneiro era divergente da realidade do país, servindo apenas aos interesses do governo federal em convencer a população paraibana de que existia inimigos fascistas e que precisavam ser enfrentados como uma luta entre o bem e o mal.

Embora o interventor Ruy Carneiro e o jornal *A União* tenham sido primordiais para conquistar o apoio dos paraibanos sobre o conflito bélico, outra iniciativa crucial de preparação para a guerra foram as medidas tomadas no Brasil a fim de proteger e obter o apoio da população, sendo elas de viés econômico, de segurança e educação. Essas medidas dizem respeito a uma grande mobilização nacional voltada para a guerra. Na Paraíba este feito para o esforço de guerra surge com eficácia, por meio do sentimento de “paraibanidade”, ou seja, a identidade e patriotismo formado entre os paraibanos para fortalecer o apoio aos países durante o estado de beligerância (SILVA, 2016, p. 21).

3.2 Sentimento de Paraibanidade e Nacionalismo

Assim como algumas das preparações do esforço de guerra ocorreram no período pouco antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e após os torpedeamentos sofridos pela Alemanha, também é ressaltado pela a autora Silva (2016), a antecedência para a construção da identidade paraibana. Essa identidade passa a ser consolidada como o sentimento de paraibanidade, elemento este formado para unir a população da Paraíba, tendo em vista que o país estava cada vez mais próximo de sua inserção no combate (SILVA, 2016, p. 47-48).

Nesse sentido, é importante salientar que a contribuição da imprensa local mais uma vez se fez presente, nesse cenário em especial a colaboração foi por meio de matérias que enfatizavam a relevância do sentimento de paraibanidade. Uma das notícias publicadas que alcançou destaque referente ao tema foi a entrevista do jornal *A União* concedida pelo chefe de polícia da Paraíba, o capitão Mário Solon Ribeiro; nela o entrevistado exalta o homem do sertão paraibano, atribui virilidade ao sertanejo e até mesmo chega a chama-lo de “milagre humano” em decorrência de seu combate contra a seca. No entanto, a autora Daviana Silva (2016), aponta alguns questionamentos acerca dessa identidade paraibana projetada nas falas do capitão, Silva esclarece a seguir que:

O trecho da fala do capitão Mário Solon Ribeiro chama atenção pela ligação que ele procura fazer com a identidade do homem nordestino (que estaria representado pelo sertão) e sua luta diária contra as adversidades do seu lugar (especialmente a problemática da seca) com o perfil de soldado para a guerra que o Brasil iria enfrentar. Por traz de suas palavras bonitas e bem articuladas, cabe aqui uma importante indagação: por que a imagem do nordestino que luta contra a seca é sempre utilizada por boa parte de uma elite pensante do país como sendo um estereótipo/sinônimo de virilidade máxima? Por que quando serve a objetivos específicos, o perfil do “homem sertanejo” é heroicizado e enaltecido, enquanto que no imaginário social que permanece até os dias de hoje é a ideia de um povo pobre, castigado pela seca e com “seus cabras” de peixeira na mão e a figura da “mulher-macho”? (SILVA, 2016, p. 49)

As observações realizadas pela autora Daviana Silva (2016) referente a fala do capitão Mário Solon Ribeiro, explana quais eram as intenções do governo federal e de seus aliados ao engrandecer o homem sertanejo e a Paraíba, a mesma explica a relação que o capitão faz do sertanejo guerreiro para associá-lo ao propósito da guerra em que o Brasil se aproximava, bem como o sentimento de identidade paraibana que Mario Solon Ribeiro desencadeia em sua fala para comover a população local para o esforço de guerra (SILVA, 2016, p. 49).

Ademais, Silva (2016) ainda critica essa suposta valorização ao sertanejo pelo fato de que a verdadeira imagem do nordestino que é divulgada entre as sociedades das demais regiões do país é a de um povo primitivo, precário e vitimizados pela seca (SILVA, 2016, p. 49).

No entanto, os estereótipos contra os nordestinos precisavam ser transformados em qualidades naquele momento, em virtude do sentimento de paraibanidade que era crucial para o fortalecimento do patriotismo na Paraíba. Esse fato consistia em um planejamento do governo varguista que estava direcionado a unificação nacional, ou seja, um nacionalismo construído a partir de estados e regiões

com o objetivo de conquistar por meio da unidade nacional a aprovação dos brasileiros em razão da guerra (SILVA, 2016, p. 50).

Evidentemente, esse é um pensamento que se situa no governo de Getúlio Vargas em benefício de seus objetivos, logo a valorização do paraibano proferida em discursos de autoridades como o interventor Ruy Carneiro e o Capitão Mario Solon Ribeiro são apenas meios de comover e influenciar a população para a contribuição de esforços durante o estado de beligerância em que o país se encontrava.

Esse sentimento de paraibanidade e nacionalismo são desenvolvidos com o auxílio da publicidade e propaganda que se torna uma ferramenta constantemente utilizada pelo governo federal e o estado da Paraíba, que logo alinha-se ao modelo proposto pela esfera central do país. Os materiais divulgados eram voltados ao esforço de guerra, sendo alguns deles anúncios de combustíveis e pneus de marcas que promoviam o confronto bélico, relatos das manifestações cívicas em apoio à guerra, pronunciamentos nacionalistas do presidente Getúlio Vargas e seu interventor Ruy Carneiro e atos pedagógicos com fins patrióticos (SILVA, 2016).

O resultado do projeto nacionalista de Vargas e da construção do sentimento de paraibanidade foram bem sucedidos. É possível notar o reflexo desse sucesso em dois acontecimentos que são a *Parada da Juventude*, evento patriótico que ocorreu em 5 de setembro de 1942 em comemoração ao dia da Independência, a ação teve a presença de diversas escolas, entre elas públicas e privadas e foi organizado não apenas na capital João Pessoa como também nos demais municípios da Paraíba, sendo eles: Cabedelo, Bananeiras, Mamanguape, Santa Rita, Monteiro, Areia, Itaporanga, Souza e Campina Grande (SILVA, 2016, p. 114-115).

Outro acontecimento além das comemorações do dia da Independência que teve a participação ativa do setor educacional e da população paraibana, foi o discurso do governador interino no evento, o político Samuel Duarte, segundo Daviana Silva (2016), Samuel Duarte em seu pronunciamento reafirmou a aliança brasileira junto aos países democráticos na guerra, lembrou o motivo das comemorações que correspondia a independência do Brasil e estimulou a manutenção do sentimento patriótico da população paraibana para o combate contra as potências do Eixo (SILVA, 2016, p.116).

Tendo em mente que o país se encontrava em estado de beligerância, o governo federal e o governo do estado da Paraíba intensificaram a implementação do nacionalismo na região, seja em locais públicos ou nas instituições de ensino. O governo da Paraíba buscou aproximar cada vez mais a sociedade paraibana do comprometimento com a guerra, transmitindo os valores nacionalistas e cívicos como preparação para o cenário do conflito armado que se formava, mesmo antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2016, p.116).

Dessa forma, foi possível iniciar e estabelecer uma articulação na Paraíba para o esforço de guerra, de maneira que diversos setores da sociedade passaram a contribuir na preparação do confronto contra o eixo, sendo alguns desses setores o educacional, saúde, o político e mais uma vez a colaboração da imprensa.

3.3 A articulação na Paraíba para o esforço de guerra

O Nordeste, como foi citado, se tornou uma região importante durante o período de guerra por sua posição geográfica estratégica, porém o trabalho em conjunto com os meios de comunicações locais e os civis foram o que realmente tornaram possível o funcionamento dos esforços de guerra.

Em Alagoas é identificado a produção da borracha, instrumento importante para o enfrentamento contra o eixo (VAINFAS, 2020, p. 573). No Piauí destaca-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA) formada por mulheres que tinham como propósito ajudar a classe desfavorecida e os familiares dos soldados que lutavam na guerra (ANDRADE, 2021, p. 41). Por último, no cenário paraibano é notória a atuação das seguintes medidas que deram suporte ao país e conseqüentemente a seus aliados no confronto: o racionamento de combustível, preparação da população para defesa de ataques aéreos, curso de enfermagem de emergência e a criação da Brigada Estudantil Paraibana (SILVA, 2016). Ademais outro elemento que contribuiu para o esforço de guerra foi a extração de urânio em Picuí, cidade paraibana conhecida pela posse do minério citado (Educação em foco – Antonio de Pádua Sobrinho, 2012).

As mobilizações com a ajuda da população iniciaram-se na Paraíba, como também nos outros estados do país, ainda durante o rompimento diplomático do Brasil com a Alemanha, Itália e Japão. Na região paraibana, uma das primeiras medidas realizadas foi o racionamento de combustível. De acordo com Daviana Silva (2016), foi determinado pelo governo federal um limite diário para a utilização de combustível na capital paraibana devido à crise existencial deste recurso na época em decorrências do conflito bélico que ocorria (SILVA, 2016, p. 47).

Nesse sentido, o jornal *A União* publicou as sugestões oferecidas em relação ao racionamento, que foram as seguintes: carro particular 5 litros por dia útil, carro de aluguel 10 litros por dia útil e caminhões e ônibus 15 litros por dia útil. Desta forma é possível notar que a população paraibana começava a adequar-se para uma nova realidade ao qual o país vivenciava (SILVA, 2016, p. 47).

Além do racionamento de combustível, em seguida é possível ressaltar a preparação da população para defesa de ataques aéreos, esse procedimento era efetuado na capital João Pessoa e em Campina Grande. O anúncio dessa atividade foi realizado mais uma vez pelo jornal oficial do estado (1942, p. 6) sob o título: Realizam-se amanhã os exercícios de defesa passiva anti - aérea desta capital. As atividades constituíam-se em simulações de como a população deveria agir em caso de um possível ataque aéreo. Na matéria, o periódico informa como seriam os exercícios, no primeiro momento

é relatado que a partir das 20 horas seria dado o sinal de alarme e que ao escutarem o alarme efetuado por meio de sinos, apitos e sirenes, nenhum pedestre ou condutor de veículo poderia permanecer nas ruas, o recomendado era que procurassem o abrigo mais próximo possível, aqueles que não seguissem o procedimento seriam penalizados (A UNIÃO, 1942).

Ademais, o periódico também ressalta que o alarme finalizaria as 20:20 de acordo com o horário da rádio Tabajara. Os alarmes seriam tocados em igrejas, escolas e fábricas em funcionamento durante o período estabelecido, sendo possível desta forma o alcance do alerta em boa parte da cidade. No que diz respeito as medidas adotadas em Campina Grande, o jornal informa que, somado ao exercício de defesa passiva anti – aéreo foram atribuídas as funções de organização de postos para socorro médico e recomendações em casos de *black – out* (A UNIÃO, 1942, p. 4).

O periódico mencionado também convoca a população e chama a atenção da mesma para a relevância dos exercícios citados. É possível notar o apelo do veículo de comunicação no título que é dedica sobre o assunto “A guerra e as populações civis”, onde é relatada a seguinte declaração:

[...] O comportamento das populações civis é um fator de relevante importancia nesta guerra moderna. E, por isso, é indispensável treinar a população para que resista em qualquer contingência, se mantenha precavida, saiba defender-se dos perigos, não se deixe dominar pelo pânico. Uma disciplina idêntica a que rege a vida de soldado em fileiras ha de estabelecer-se entre o elemento civil (A UNIÃO, 1942, p. 6).

O jornal demonstra que era fundamental o preparo da população para situações difíceis durante o período de guerra, chegando até mesmo a comparar com a dedicação existente nos treinamentos de soldados. Sendo assim, a mensagem estabelece um tom não apenas convidativo, mas também de imposição direcionado a população, afim de que a mesma se posicionasse (A UNIÃO, 1942, p. 6).

Outra iniciativa do governo Vargas para a cooperação no esforço de guerra era a inclusão das mulheres nesse cenário de auxílio a causa, uma das formas de integrá-las seria por meio do curso de enfermagem de emergência. A ideia logo foi adquirida e praticada com afinco na Paraíba, sendo obtida a atividade na capital do estado, bem como em cidades do interior, a exemplo de Sapé. A maioria das estudantes eram de classe média, no entanto, o governo propagava o sentimento de unidade nacional, ressaltando por meio deste que a participação de todas as classes eram fundamentais para contribuir junto a nação, fortalecendo, por tanto, o patriotismo entre as mulheres ao enfatizar que para o esforço coletivo não haveria distinção de classes e gêneros (SILVA, 2016, p. 34-35).

O curso de enfermagem de emergência na Paraíba era divulgado e acompanhado pelo jornal *A UNIÃO*. O veículo de comunicação publicava fotos e parabenizava as estudantes, destacando o valor da mulher paraibana e o papel crucial que a mesma desempenhava ao colaborar com o país durante uma fase desafiadora em que o Brasil e o mundo se encontravam (SILVA, 2016, p. 34).

Partindo para o período em que o Estado brasileiro adentra no confronto bélico, a Paraíba em resposta rapidamente posiciona-se a favor da decisão do chefe de governo em participar da guerra, saindo assim de sua neutralidade. O apoio da população paraibana é viabilizado inclusive através do representante de profissionais da educação, o professor Mário Gama e Mélo, que proferiu um discurso na Praça João Pessoa durante uma concentração cívica no dia 9 de setembro de 1942, onde o mesmo alinhava - se em concordância a declaração de guerra contra o eixo. Somado a esse ato está o pronunciamento do representante da classe estudantil, Baldomiro Souto, que assim como Mélo, aceita o posicionamento brasileiro com relação a entrada no conflito, utilizando inclusive sua mensagem para incentivar o sentimento patriótico na população (SILVA, 2016, p. 113-114).

Outro indicativo da articulação para o esforço de guerra na Paraíba foi a criação da Brigada Estudantil Paraibana, a brigada era formada por estudantes que ainda não possuíam a maior idade e dessa forma não poderiam ingressar em atividades militares, logo a maneira encontrada por esse público como forma de contribuição para o esforço de guerra passou a ser as reuniões direcionadas a assuntos correspondentes ao confronto bélico (SILVA, 2016, p. 117).

A reunião obtida para a fundação da brigada foi realizada no dia 23 de agosto de 1942, um dia após a declaração de guerra do Brasil contra as potências do eixo, ocorreu as 15 horas no auditório do Instituto de Educação, tendo a aceitação de grande parte dos estudantes locais, segundo afirma o periódico *A União*. Diante disso, é notório a disposição dos estudantes paraibanos em prestar auxílio durante o estado de guerra e o quanto a mobilização na Paraíba foi consolidada com intenso comprometimento da população (SILVA, 2016, p. 117).

Na esteira desses acontecimentos, o estado paraibano também forneceu para seus aliados na guerra um minério de extrema importância para a fabricação de armas nucleares, bem como armas de fogo, que seria o urânio. O material foi extraído do município de Picuí, cidade localizada no interior da Paraíba, próxima à fronteira com o estado do Rio Grande do Norte. O produto foi adquirido por estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial para a fabricação de armamentos, tendo em vista que a região é rica em urânio e possui várias minas e trabalhadores que vivem da extração do material. Também é importante salientar que uma das hipóteses discutidas entre os moradores do local seria a suposta utilização de urânio paraibano na fabricação das bombas que atingiram Hiroshima e Nagasaki durante a guerra (CARRILHO; MELO, 2012).

No documentário *Urânio Picuí* produzido por Antônio Carrilho e Tiago Melo é apresentado os relatos dos garimpeiros mais velhos da região que testemunharam a chegada dos norte-americanos na cidade para a exploração do urânio. Os trabalhadores contam que a atividade era arriscada, tanto pela contaminação transmitida para quem estava em constante contato com o minério, como por meio de desabamento nas minas, que por sua vez provocou a morte de alguns garimpeiros que trabalhavam na época. Há casos inclusive de garimpeiros que com o passar dos anos desenvolveram câncer em

consequência da atividade com o produto e posteriormente perderam suas vidas. Com o término da guerra os aliados estadunidenses se retiraram da região, no entanto, a extração do urânio permanece até os dias atuais, seja por parte dos garimpeiros autônomos ou por empresas de mineração (CARRILHO; MELO, 2012).

Considerando as demonstrações de articulação em favor da guerra no estado da Paraíba, e respondendo a nossa pergunta de pesquisa que é a indagação de como foram efetuadas as mobilizações paraibanas, temos como hipótese as ações na área política efetuadas pelo interventor da Paraíba Ruy Carneiro por meio de seus discursos que comoveram a população e incentivaram o apoio para a entrada na guerra, bem como as medidas tomadas na região através das iniciativas citadas que são: as atuações através da preparação da população para defesa de ataques aéreos, criação da Brigada Estudantil Paraibana, extração de urânio em Picuí, racionamento de combustível e o curso de enfermagem de emergência na capital do estado.

Todavia, esse posicionamento político e civil voltado para o esforço de guerra foi possível de ser concretizado com o auxílio do sentimento de paraibanidade e patriotismo na Paraíba, proporcionado pelas falas patrióticas do interventor que foram propagadas com a colaboração do meio de comunicação o jornal *A União*.

Especificamente, oriento minha pesquisa para duas questões principais que são as mobilizações realizadas para o contexto da guerra e como elas foram feitas, tanto no âmbito militar como também na esfera civil, estando este último presente em vários setores da sociedade local como foi possível observar, inclusive em operações de risco como foi relatado referente aos garimpeiros da cidade de Picuí.

Diante disso, é notório que alguns dos esforços de guerra não foram benéficos para a população como a extração de urânio, e também os que não contemplavam todas as classes sociais no caso do curso de enfermagem de emergência que em sua maioria era constituído por mulheres de classe média.

Apesar das inconsistências, o apoio paraibano foi significativo para o país, contudo, essa mobilização não seria efetuada com êxito sem a construção do sentimento de paraibanidade estrategicamente desenvolvido por lideranças políticas e veículos de comunicação local. Em suma, o esforço de guerra dos paraibanos foi primordial, mas obteve várias etapas para a sua concretização, sendo o sentimento de paraibanidade uma das mais importantes nesse processo.

As iniciativas citadas foram cruciais para o desempenho da Paraíba durante este período bélico. Entretanto, outra articulação que auxiliou o estado nesse processo foi a participação de militares paraibanos no conflito que reafirmou ainda mais a cooperação da Paraíba vinculada a sua nação. Desta maneira, o posicionamento militar possui uma função de extrema importância no esforço de

guerra, seus feitos colaboraram não apenas para a vitória dos aliados como também fortaleceu ainda mais o nacionalismo e o orgulho pelo país.

3.4 Posicionamento militar da Paraíba

Como mencionado, o Brasil havia firmado um acordo junto aos Estados Unidos para a construção de bases militares no litoral nordestino brasileiro antes mesmo de sua entrada na guerra, no ano de 1941 nas cidades de Parnamirim e Recife. Entretanto, com a declaração de guerra por parte do Brasil feita contra os alemães, italianos e japoneses, os militares brasileiros passaram a executar a defesa dos litorais.

Diante disso, um dos estados que fizeram parte dessa operação foi a Paraíba, confirmando assim o compromisso da região com a nação e ocasionando deste modo o distanciamento do Eixo (DAROZ, 2017).

De acordo com o especialista em História Militar Carlos Daróz (2017), em 1941 o governo brasileiro efetuou o Teatro de Operação do Nordeste (TO), que consistia em uma articulação militar dividida em dois setores para proteger os litorais nordestinos, o setor Norte e o Sul. Segundo Daróz (2017), cada um dos setores era protegido por dois estados, e possuíam uma Divisão de Infantaria (DI). No setor Sul os estados responsáveis eram Pernambuco e Alagoas com o auxílio do 7º DI localizado no Quartel General (QG) de Recife, enquanto que no setor Norte os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte eram os responsáveis pela defesa do mesmo com a 14º DI no (QG) localizado em João Pessoa (DARÓZ, 2017).

No ano de 1943 as tropas brasileiras são reduzidas, tendo em vista que o Eixo estava sendo vencido e perdia a dominação no território do Norte da África (região estratégica para ataques ao litoral Nordeste), diminuindo por fim a preocupação do governo brasileiro com relação a uma possível invasão do inimigo na localização mencionada (DARÓZ, 2017).

Diante desses acontecimentos, assim como os estados vizinhos, a Paraíba contribuiu por meio das forças militares na defesa do setor Norte ao lado do estado do Rio Grande do Norte, uma tarefa bem estruturada e implementada e que não seria concretizada sem o apoio militar. É importante também ressaltar que além do exército, a Polícia Militar da Paraíba executou a vigilância do litoral durante a Segunda Guerra Mundial, ocasionando, por conseguinte em um esforço de guerra por parte das duas corporações (DARÓZ, 2017).

Ademais, ocorreram as investigações policiais na Paraíba para a prisão de espiões nazistas no estado. Entre os investigados estava o alemão Ernest Hans que ensinava crianças do município de Rio Tinto a saudação nazista. Porém, ao perceber a perseguição policial por consequência de seus atos simpatizantes ao nazismo o mesmo fugiu e seu paradeiro não foi localizado (SILVA, 2016, p. 11).

Além das defesas voltadas para o litoral nordestino e o policiamento contra a espionagem alemã, o estado da Paraíba em 1944 também atuou com demonstrações de força militar por meio de manobras militares, que por sua vez eram simulações e treinamentos para possíveis batalhas reais, tendo em vista que o país se encontrava em guerra, essas iniciativas eram fundamentais para a segurança do estado e do país como um todo. As manobras foram realizadas em cidades como João Pessoa e Campina Grande (A UNIÃO, 1944, p. 4).

No Jornal *A União* (1944, p. 4) foram noticiadas as atividades mencionadas através de uma coluna denominada de NOTAS MILITARES, sendo este um espaço para informações de serviços do corpo militar paraibano, como exemplo dessas notícias é possível destacar uma delas referente a uma manobra efetuada no bairro de mangabeira em João Pessoa com o seguinte título: INICIADAS ONTEM AS MANOBRAS DA GUARNIÇÃO DE JOÃO PESSOA, a matéria ressalta que o acontecimento em questão ocorreu na zona de mangabeira com participação do 15º Regimento de Infantaria e sob a direção do Coronel Edgar de Oliveira, ademais o periódico também informa que a operação simulou um suposto ataque de inimigos que embarcaram nas praias de Cabo Branco e Penha, desta maneira é possível viabilizar que as forças armadas estavam em constante preparo na região paraibana e com a devida proteção (A UNIÃO, 1944, p. 4).

As manobras citadas foram iniciadas no dia 11 de setembro de 1944 na capital da Paraíba segundo o Jornal *A União* (1944, p. 3), no dia 15 do mesmo mês o periódico noticia sobre um novo procedimento de manobra das Forças Armadas, dessa vez em sua fase final com a presença do General Amaro Bittencourt para assistir há simulação. O jornal também relata em publicação do dia 17 de setembro uma inspeção às manobras da 2ª Brigada de Infantaria da capital, tendo como um dos que estavam presente para observar a atividade o interventor Ruy Carneiro, destacando assim uma cooperação entre exército e governo do estado (A UNIÃO, 1944, p. 5).

Outro sim, foram as manobras efetuadas na cidade de Campina Grande. De acordo com o periódico *A União* (1944), as mesmas iniciaram-se dia 23 de setembro e eram assistidas pelos generais Isauro Rgueira e Amaro Bittencourt, tendo como participantes do exercício o 30º e o 31º Batalhão de Caçadores, bem como aquartelados e grupos de Obuses (grupos de atiradores de armas obuses). Nesse sentido, é notório a intensa articulação formada na operação das forças armadas na cidade de Campina Grande como destaca o jornal, a presença de diferentes grupos do exército chama a atenção e evidencia que a Paraíba administrava suas tropas com disciplina, ordem e prontidão para o momento que a nação vivenciava (A UNIÃO, 1944).

Considerando os fatos explanados sobre a movimentação do exército durante a década de 40 e diante do cenário de guerra, é nítida a posição em que o setor militar do estado adotava, principalmente quando a mesma cooperava com o governo estadual e era inspecionada em seus exercícios de manobras militares não apenas por oficiais das forças armada, mas também pelo próprio interventor

da Paraíba aliado do presidente da República Getúlio Vargas. Somado a esses elementos, a medida iniciada para a defesa dos litorais por meio do Teatro de Operações do Nordeste confirma que a atuação militar do estado paraibano estava direcionada claramente a uma postura anti eixo conforme os estados vizinhos Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Esse posicionamento é identificado inclusive na participação paraibana na guerra, onde se encontram oficiais de diferentes patentes e diversas faixas etárias da Paraíba na Segunda Guerra Mundial. Sabendo disso, logo é possível observar que não foram realizadas tão somente mobilizações no âmbito civil e político por meio do sentimento de paraibanidade, como também houve a atuação intensificada do exército na região.

4. A PARTICIPAÇÃO DA PARAÍBA NO ÂMBITO DA GUERRA

O esforço de guerra na Paraíba foi mais além do auxílio por meio de movimentos civis e medidas de segurança militar na região. Outro fator relevante para a cooperação paraibana na Segunda Guerra Mundial foi através da participação ativa de paraibanos no conflito bélico, tendo em vista que o Brasil estabelecia para o combate a Força Expedicionária Brasileira (FEB) constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), que por sua vez era composta por oficiais de todos os estados do país, incluindo o estado paraibano.

Em virtude deste fato, é importante destacar que por meio da FEB a Paraíba seguiu comprometida com o país em todos os procedimentos, começando pelo alistamento de novos militares até o envio dos oficiais paraibanos de diferentes cidades do estado para a guerra, onde posteriormente atuaram de maneira intensiva em combate contra as forças militares do Eixo.

4.1 A criação da Força Expedicionária Brasileira

Após a entrada do Brasil no confronto bélico em 31 de agosto de 1942 contra as potências do Eixo, o governo brasileiro passou a estudar uma preparação além do que estava sendo realizada, que era o esforço de guerra que mobilizou as instituições, civis e posteriormente a proteção dos litorais do Brasil para a prevenção contra uma invasão do inimigo por mar.

Ao decidir por sua entrada no conflito, o país encontrava-se necessitado de uma defesa e mobilizações ainda maiores que as existenciais, como afirma o mestre em história Marcos Costa por meio de sua dissertação *A Força Expedicionária Brasileira: memórias de um conflito* (2009). Nesse sentido, o autor ressalta que o Brasil precisava de uma força militar preparada e capacitada, porém o EXÉRCITO BRASILEIRO enfrentava um agravante pois não obtinha o poder militar que os demais países que estavam na guerra (principalmente seus inimigos) possuíam (COSTA, 2009, p. 25).

Tendo em evidência essa problemática, o Mestre em História Marcos Costa (2009), destaca que o Brasil na década de 40 surgia nesse cenário de combate contra Alemanha, Itália e Japão com apenas 60 mil militares em meio a uma população de 50 milhões de pessoas. Ademais, muitos estavam em diferentes locais do país, com maiores concentrações nos quartéis do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Somado a esses fatores existia ainda a precariedade dos materiais que os militares possuíam, entre eles alguns de uso básico como mochilas, capacetes, armamentos defasados e antiquados adquiridos da Inglaterra, França e Alemanha e a falta de organização para a padronização dessas ferramentas cruciais (COSTA, 2009, p. 25).

Além dessas questões, outro desafio a ser enfrentado foi a falta de confiança da população no envio de soldados brasileiros para a guerra, muitos civis não acreditavam na participação efetiva do país nos combates e diziam que era mais fácil uma cobra fumar cachimbo do que o Brasil ir para a guerra. Em meio a descrença populacional o lema e símbolo da Força Expedicionária Brasileira (FEB) se tornou uma cobra fumando cachimbo, em alusão aos comentários negativos e falta de credibilidade cometida contra a FEB (ADIEx ITÁLIA, 2020).

Apesar das dificuldades apresentadas, o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha e o presidente Getúlio Vargas almejavam uma presença ativa e eficaz na guerra, com o intuito de que durante o pós-guerra viriam a ser recompensados por meio de uma relevância maior na comunidade internacional e um assento permanente no que seria posteriormente a Organização das Nações Unidas (ONU) (COSTA, 2009, p. 38).

Outra motivação para a participação efetiva na Segunda Guerra Mundial seria a ideia que Vargas atribuiu sobre o exército em fortalece-lo e também em oferecer aos mesmos ações de defesa em sua área de atuação como a devida instituição de segurança nacional que eram (COSTA, 2009, p. 38).

Em relação aos oficiais, havia a aceitação e disposição para ingressar no combate, independentemente do local escolhido, fosse ele África, Europa ou Guiana Francesa. Todavia, para obter a formação de tropas para o confronto o governo brasileiro sabia que precisaria do auxílio dos Estados Unidos afim de melhores condições para equipamentos e desenvolvimento bélico brasileiro. Pensando nessas vantagens o Ministro da Guerra, General Eurico Dutra, passou a apoiar a aproximação com os estadunidenses, apesar de não simpatizar com os mesmos antes da entrada do Brasil no conflito, tendo em vista que o general nutria uma maior admiração pelos países totalitários (COSTA, 2009, p. 38).

Contudo, muitas eram as dificuldades a serem enfrentadas e o governo brasileiro mesmo tendo conhecimento da escassez de recursos e estruturamento militar insistia na criação de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) (Costa, 2009, p. 39). A idealização da FEB começou após o encontro

de Getúlio Vargas e o presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt, em Natal, capital do Rio Grande do Norte, em fevereiro de 1943 (CPORSP, 2020).

A Conferencia de Natal como é chamado o encontro entre os presidentes Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas ocorreu no dia 28 de janeiro de 1943. O acontecimento foi crucial para as relações entre Brasil e Estados Unidos durante o período da Segunda Guerra Mundial, ambos os países reafirmaram sua ótima relação diplomática, resultando inclusive em uma foto cordial entre os dois chefes de Estado (PIAUI, 2013).

Além da cooperação efetuada entre *Washington* e Rio de Janeiro, o ministro da guerra Eurico Dutra realizou declarações ao *New York Times* em que o mesmo não apenas ressaltou a mobilização através da FEB como também o esforço de guerra estabelecido no Nordeste por meio do seguinte pronunciamento: O Nordeste brasileiro está convertido numa verdadeira fortaleza (A UNIÃO, 1943, p. 3).

Em virtude desses acontecimentos, tanto Vargas como Oswaldo Aranha foram motivados a prosseguir e concretizar o planejamento da FEB, não apenas por razões de destaque internacional e aprimoramento do poder bélico do país como mencionado, mas também com o objetivo de desenvolver a nação como um todo, desde a iniciação de uma indústria bélica até o aumento de transportes no Brasil com um maior número de rodoviárias e linhas férreas, algo que seria de grande conquista para o país devido ao seu atraso em industrialização e mobilidade nos anos 40 (Costa, 2009, p. 39).

Em 9 de agosto de 1943 a Força Expedicionária Brasileira foi oficialmente iniciada através da portaria Ministerial nº 4744. Segundo Marcos Costa (2009), a criação da FEB foi finalmente concretizada após diversas negociações entre Brasil e Estado Unidos. O motivo seria o fato dos norte-americanos se comprometerem em promover materiais, estrutura e a preparação dos militares brasileiros para o combate, uma contribuição que para os estadunidenses representava um valor significativo em seus cofres públicos (COSTA, 2009, p. 39).

A proposta da Força Expedicionária também teve êxito graças a cooperação comercial entre os dois países, isso foi possível porque o Brasil fornecia aos norte-americanos matérias primas usadas na fabricação de armamentos para a guerra, alguns deles eram quartzo, borracha e minério de ferro. Com o abastecimento dos recursos necessários para o aliado o Brasil assumia uma posição de favoritismo na aliança estabelecida junto a potência estadunidense, tornando assim viável a troca de colaboração entre as duas nações (COSTA, 2009, p. 39).

A FEB foi comandada pelo General João Batista Mascarenhas de Moraes com a formação da 1º Divisão de Infantaria Expedicionária (1º DIE). O processo de treinamento iniciou-se por meio do envio de oficiais brasileiros aos Estados Unidos, na escola de Comando e Estado-Maior de *Fort Leavenworth*, a estadia teve a duração de três meses para que os mesmos seguissem os métodos militares

norte-americanos, isso ocorreu em razão do modelo ultrapassado francês que o Brasil atribuiu para as forças armadas (CPORSP, 2020).

No total foram 25.334 militares que fizeram parte da FEB, e lutaram ao lado dos aliados na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra nos anos de 1944 e 1945. Após o fim do conflito o Brasil havia perdido 454 militares (CPORSP, 2020).

Todavia, a FEB não foi formada apenas por homens, a presença feminina também atuou de forma marcante por meio do Corpo Feminino no Batalhão de Saúde da FEB, sendo enviadas 73 enfermeiras junto a Força Expedicionária Brasileira. As mulheres ocuparam um papel fundamental ao prestar serviço no socorro dos oficiais brasileiros e aliados, missão que foi reconhecida por autoridades militares na Campanha italiana (ADIEx ITÁLIA, 2020).

Com o término da Segunda Guerra Mundial a Força Expedicionária Brasileira foi extinta, porém, um ponto fundamental a ser considerado é sua atuação na guerra, mesmo que nos estágios finais do conflito entre 1944 à 1945, foi ativa e incansável na Itália. A FEB possibilitou uma unificação dos estados brasileiros com o recrutamento de soldados e oficiais de todas as regiões do país.

Por outro lado, apesar do auxílio dos Estados Unidos para melhoramento da tropa brasileira muitos foram os obstáculos enfrentados como mencionado no trabalho, apenas uma Divisão de Infantaria Expedicionária foi enviada e até mesmo o transporte foi ofertado pelo Estado norte-americano para o envio dos militares a Europa, em virtude deste último dispor de mais frotas de navios que o Brasil (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Em contra partida, no que tange a campanha de recrutamento, o país efetuou mais uma vez uma intensa mobilização nacional por meio de setores da imprensa e da política, órgãos cruciais para o esforço de guerra e que constantemente trabalhavam em favor e a serviço dos interesses do governo federal.

4.2 Convocação dos novos soldados e de oficiais da reserva na Paraíba

A campanha para o alistamento militar na Paraíba marcava o início das movimentações do exército paraibano para a guerra. O Jornal *A UNIÃO* sendo o órgão oficial do estado trabalhou de forma eficaz no auxílio as forças militares com divulgação do sorteio militar (antiga forma de recrutamento ao exército), declarações comoventes para atrair a atenção dos reservistas e por meio de matérias enaltecendo o exército durante desfile realizado em João Pessoa na comemoração do dia da independência.

Os apelos aos paraibanos no jornal *A União* (1943, p. 3), para juntar-se ao corpo militar tinham constantemente o argumento nacionalista de dever para com a pátria, propagando as seguintes afirmações: RESERVISTA! - Precisamos mobilizar todos os recursos da Nação. Só assim asseguraremos

nossa sobrevivência como povo livre e independente. Outra citação de comoção diz a seguinte declaração: BRASILEIRO! – O Brasil espera que cada um cumpra com seu dever. A urgência nas palavras do periódico expressa o objetivo em atrair a atenção do público alvo, com o intuito de alcançá-lo baseado no argumento de comprometimento com seu país (A UNIÃO, 1943).

Outro sim, foram os anúncios do sorteio militar, um recrutamento utilizado desde 1916 em que os jovens aptos para servir no exército tinham seus nomes e informações selecionados por meio de sorteio em eventos dirigido por oficiais e autoridades políticas. No início de setembro de 1943 é divulgado no jornal *A União* o convite feito pelo Capitão Anibal Ticiano à população paraibana para comparecer no recrutamento dos novos pracinhas (termo utilizado na época em referência aos soldados), o mesmo além de ressaltar o acontecimento do sorteio militar também destaca sua importância diante do estado de beligerância:

Tendo de se realizar no dia 5 do corrente, domingo, às 10 horas, no Cine - Teatro “Rex”, a solenidade inaugural do Sorteio Militar dos Jovens da classe 1923, convido o público em geral, e especialmente aos componentes dessa classe, que irão integrar, no ano de 1944, as fileiras do nosso Exército, justamente na hora em que, não somente o Brasil, mas o mundo precisa de seus braços como força geradora do bem, contra os desagregadores de nações pacíficas, civilizadas e construtoras dêsse mesmo bem.
Cap. Anibal Ticiano Sayão Cardoso, chefe interino de 23. C. R
(A UNIÃO, 3 de setembro de 1943, p. 3).

No trecho acima é notável mais uma vez a presença da mensagem de sentimento nacionalista com a finalidade de assegurar o apoio da população paraibana e dos jovens convocados ao regime militar. O Capitão Anibal Ticiano reforça ainda em seu convite o motivo da importância do Sorteio Militar, colocando em evidência o perigo que seus inimigos (as nações do Eixo) representam na guerra e que é fundamental a cooperação dos futuros pracinhas, não apenas para o Brasil, mas para o mundo diante da ameaça que cercavam os países “pacificadores” (A UNIÃO, 1943).

As demonstrações de poderio bélico também são vistas no periódico por meio do desfile de oficiais do exército em comemoração da semana da independência do ano de 1943, o trecho a seguir destaca como o jornal promovia o esforço militar e o fato de sua função ser considerada crucial em um período de tensão em meio aos confrontos com os Estados totalitários:

[...] O desfile das forças armadas, da mocidade do Brasil em armas contra a agressão, arrancou entusiásticos aplausos da multidão. O povo sentiu de perto a significação do esforço de guerra que estamos realizando, preparando na caserna uma tropa moralmente invencível e dotada do equipamento bélico necessário aos problemas da defesa continental (A UNIÃO, 8 de setembro de 1943, p. 2).

A notícia destacada possui diversos elogios, nela é citada o esforço de guerra por parte dos militares. Desta forma, era transmitida para o leitor a segurança de que o país se encontrava em total preparo em termos de organização bélica e na proteção que se estendia além das fronteiras da nação.

Na esteira desses acontecimentos, o periódico divulgou também a convocação dos reservistas para se apresentarem no dia do reservista, 16 de setembro em diferentes postos na cidade de João Pessoa para os que residiam na capital (A UNIÃO, 1943, p. 5). A iniciativa surgiu do governo federal e mostrava a busca em reunir o máximo possível de oficiais para auxiliar durante o estado de beligerância, seja em terras brasileiras ou fora dela com o envio de soldados aos campos de batalhas.

Alguns dos postos anunciados para os reservistas se apresentarem foram: 23.^a Circunscrição de Recrutamento, Quartel do 15.^o Regimento de Infantaria, Companhia do 15.^o R. I, destacada em Tambaú, Companhia 15.^o R. I, destacamento em Cabedelo, Quartel do Serviço Geográfico, Campo de Aviação, Quartel da Força Policial, Quartel da Companhia de Bombeiros, Capitania dos Portos e Associação Comercial (A UNIÃO, 1943, p. 5).

O apelo da convocação dos reservistas indicava a urgência em uma grande mobilização nacional para o esforço de guerra. Nesse sentido, foram promovidos anúncios para a convocação dos mesmos repetidas vezes em diferentes dias no periódico, tornando assim primordial a ferramenta da imprensa em favor do governo, tanto estadual como federal, e tendo como propósito principal garantir os interesses do chefe de Estado (A UNIÃO, 1943, p. 5).

Há nisso tudo, um outro elemento a ser identificado, pois no momento em que essas notícias eram divulgadas em um veículo de comunicação como o jornal oficial do estado da Paraíba, não apenas o público alvo que eram recrutas e reservistas passam a ser atingidos pelas palavras de sentimentalismo patriota, como também grande parte da população paraibana, visto que a opinião pública era fundamental no período bélico em questão.

Portanto, compreendo que a aceitação e aprovação da classe civil foi de extrema importância, tanto em seu apoio político quanto para fins militares, era imprescindível comover por meio do periódico os leitores civis da Paraíba.

Os resultados das articulações política, militar e por meio da imprensa são refletidas posteriormente no envio dos militares paraibanos para a guerra, ao todo foram mais de 300 paraibanos que integraram a FEB, de acordo com o Jornal *Correio* (JORNAL CORREIO, 2020), de modo que muitos presenciaram de perto os horrores dos combates nos campos de batalha e alguns por meio de cartas e entrevistas relataram a experiência vivenciada.

4.3 A Batalha e vitória do Monte Castelo e os relatos de militares paraibanos

Tendo o Brasil se comprometido com as forças Aliadas desde agosto de 1942 após a declaração definitiva de guerra contra o Eixo, em 2 de julho de 1944 o mesmo envia os primeiros militares brasileiros para o conflito mundial, o intervalo de dois anos ocorre devido aos acordos políticos e

militares entre Estados Unidos e Brasil que precisaram ser discutidos, somada as medidas de preparação da FEB como foi mencionado na pesquisa, uma vez que esta última obteve a duração de alguns meses até sua total preparação (ADIEx ITÁLIA, 2020).

O transporte dos combatentes da FEB foi realizado pelos Estado Unidos de forma sigilosa para prevenir contra possíveis ataques do Eixo; o destino da Força Expedicionária Brasileira era o teatro de operações na Itália em Nápoles. Foram designados o correspondente a 4 escalões, transportados em diferentes datas. O primeiro escalão iniciou viagem no dia 2 de julho de 1944 no navio *General Mann*, sob as ordens do General Euclides Zenóbio da Costa, desembarcando no dia 16 de julho de 1944 em Nápoles e posteriormente foi assumida pelo General Mascarenhas de Moraes, a mesma era formada pelo 6º Regimento de Infantaria, constituída por 5.075 homens, entre os quais 304 eram oficiais (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

O segundo escalão embarcou no dia 22 de setembro de 1944, chegando em seu destino final nos navios *General Mann* e *General Meighs*, acompanhado do General Osvaldo Cordeiro de Farias, desembarcando no dia 6 de outubro com as tropas do 1º Regimento e 2º regimento de infantaria, nelas haviam 10.375 no total de pessoas, em que 686 eram oficiais (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Enquanto que o terceiro escalão zarpu no dia 23 de novembro de 1944 abordo do navio *General Meighs*, o responsável pelo comando do mesmo foi o Coronel Mario Travassos, chegando em seu destino final no dia 7 de dezembro. O escalão em questão era formado por 4.691 homens, aumentando assim ainda mais o reforço brasileiro em solo italiano (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Por último, o quarto escalão seguiu rumo a Itália no dia 8 de fevereiro de 1945 no navio *General Meighs*, comandado pelo Tenente Coronel Ibá Jobim Meirelis, chegando em águas italianas em 22 de fevereiro. No mesmo haviam 5.082 militares para a função de preenchimento da tropa (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Posteriormente ocorreu a ida de profissionais da saúde como enfermeiras e médicos através de transporte aéreo para prestar seus serviços nas unidades norte-americanas. Os profissionais iniciaram a viagem no Rio de Janeiro com destino final em Nápoles. Desta forma toda a Força Expedicionária estava completa no teatro de operações da Europa (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Todavia, no Brasil os familiares e amigos dos pracinhas enviados a guerra recebiam cartas com notícias e relatos de sua vivência diante do cenário de lutas, e na Paraíba o jornal *A UNIÃO* (1944, p. 4) noticiava constantemente informações sobre os militares paraibanos na Itália, a exemplo de uma dessas notícias está a manchete com o título Um Oficial Paraibano Integrando a Força Expedicionária Brasileira, a publicação foi realizada em 25 de agosto de 1944, nela a mãe de um oficial paraibano, sendo ele natural do município de Alagoa Grande, é entrevistada pelo periódico mencionado. A entrevistada foi a Sra. Francisca Cavalcante Vasconcelos, mãe do tenente paraibano Mário

Cabral de Vasconcelos, integrante na época da FEB, em entrevista concedida ao jornal a Sra. Francisca fala as seguintes palavras:

[...] Seu ideal sempre foi servir ao Brasil. Sua aspiração era participar do corpo expedicionário e isso é para mim uma grande honra, é um título de distinção.
 [...] “Todos os meus filhos estão a serviço da Pátria Brasileira, Isauro serve nos Estados Unidos. Aluizio serve ao Exército na base de Fernando de Noronha.
 Meu desejo e o desejo de todos eles era que estivessem os três no Corpo Expedicionário Brasileiro” (A UNIÃO, 1944, p. 2, 4).

As declarações da Sra. Francisca Vasconcelos feitas ao jornal *A União* demonstram o forte sentimento patriota instaurado na época e aceito por algumas famílias a exemplo do núcleo familiar da paraibana citada na entrevista. Logo, pode-se observar que a dimensão política obtida na Segunda Guerra Mundial e a presença marcante do discurso anti Eixo influenciou a sociedade em relação a participação efetiva do Brasil no confronto bélico, apesar da Sra. Francisca Vasconcelos ser membro de uma família de militares, seu apoio em desejar os três filhos na guerra mostra uma realidade oposta ao que normalmente uma mãe desejaria para um filho.

Por outro lado, é importante saliente que a postura da mesma não afirma que grande parte da população estaria com o mesmo posicionamento, tendo em vista que o jornal mencionado se tratava de um órgão oficial do governo da Paraíba. Deste modo, muitas de suas publicações obtinham o propósito de convencimento sob um contexto de vida que muitas vezes não estava de acordo com os fatos ou não representavam a população paraibana, transmitindo assim uma versão romantizada da realidade, ou seja, o periódico enaltecia a guerra como uma questão de honra e dever a ser cumprido junto a pátria brasileira mesmo que nem todos estivessem de acordo.

Além do Tenente Mário Vasconcelos outro oficial paraibano que teve seu paradeiro divulgado no Jornal *A União* (1944, p. 6) através de uma carta enviada a família foi o Sargento Euclides Martins de Oliveira residente da cidade de João Pessoa. O título da publicação correspondia a um trecho da carta enviada para seus pais, a mesma foi divulgada no periódico no dia 1 de outubro de 1944 com os seguintes dizeres: Espero que todos se orgulhem de ter um filho que enverga o uniforme da Força Expedicionária. Tendo em mente o título destacado, é notável mais uma vez a ideia projetada pelo jornal para seus leitores, ela diz respeito a repetida propagação do discurso patriota voltado ao esforço de guerra para justificar a adesão do país no conflito internacional (A UNIÃO, 1944).

Somado a este noticiário, o jornal *A União* (1944, p. 3), também expõe no dia 15 de outubro do mesmo ano a publicação da carta do soldado paraibano Harrison Porto Viana de n.º 420, enviada para a sua irmã com a seguinte manchete: Carta de um Expedicionário Paraibano O soldado 420 Harrison Porto Viana. Nela o periódico relata que o soldado Harrison Porto Viana descreve a partida dos pracinhas da FEB para a Itália, bem como a ideia de que os enviados para a guerra estavam predestinados para salvar a honra do Brasil e assegurar a felicidade humana (A UNIÃO, 1944).

As demonstrações de exaltação à pátria estão novamente presente no cenário destacado, sendo possível também observar que o periódico menciona os relatos de militares paraibanos de diferentes patentes, desta forma expande uma idealização baseada em uma causa que une todos os integrantes da Força Expedicionária Brasileira independente da hierarquia.

Na esteira desses acontecimentos, apesar dos discursos ideológicos implementados pelo governo da época e reproduzido de forma semelhante entre os militares, a pesquisadora entende que os militares mencionados possuíam convicção de que lutavam por uma causa justa e honrosa pelo teor das cartas apresentadas no jornal. A prova dessa confiança e dedicação no que foram ensinados a acreditar estão nas cooperações em batalhas lutadas pela FEB junto as forças aliadas na guerra, uma delas e a mais árdua foi a batalha no Monte Castello.

Com a chegada da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) na Itália, a tropa brasileira logo foi incorporada ao V exército norte-americano no dia 5 de agosto de 1944 comandado pelo General estadunidense Mark Clark, cada um dos exércitos era composto por vários corpos de exércitos, desta maneira a Força Expedicionária Brasileira foi integrada ao IV corpo do exército, sendo esta última comandada pelo General Crittenberg (ADIEx ITÁLIA, 2020).

Tendo em vista que as divisões haviam sido efetuadas os militares brasileiros iniciaram os confrontos contra as forças do Eixo no dia 16 de setembro em Massarosa, porém de acordo com os relatos de ex-combatentes paraibanos a missão designada para conquistar o território do Monte Castello situado entre as regiões da Toscana e Emília-Romanha foi o maior desafio enfrentado pela FEB (JORNAL CORREIO, 2020).

O Monte Castello estava localizado em uma área de alta elevação, há 977 metros de altitude e dominada pelo exército alemão e tropas fascistas italianas, em virtude disso a Força Expedicionária Brasileira e a Força tarefa 45 norte-americana tinham o objetivo de avançar e estabelecer a vitória no local em questão, iniciando assim os ataques aos inimigos no dia 24 de novembro de 1944 (JORNAL CORREIO, 2020).

Em entrevista concedida ao Jornal Correio no ano de 2020 com o título *Monte Castello: há 75 anos, Brasil conquistava sua maior vitória na Itália*, o ex-combatente paraibano Bráulio dos Santos explicou como foi o processo da primeira tentativa de dominação do Monte Castello e seu resultado frustrante: Eu participei do primeiro ataque feito ao Monte Castello em novembro de 1944. Nós atingimos a maior parte do Monte Castello, quando o alemão contra-atacou e nós tivemos que recuar, explica o ex guerrilheiro, indicando que desde o princípio não foi uma batalha simples para os Aliados (JORNAL CORREIO, 2020).

Nos dias 25 e 29 de novembro de 1944 ocorreu uma nova ofensiva contra o Eixo, no entanto as tropas Aliadas foram vencidas novamente e o território continuava sob domínio alemão e italiano. Após repetidos ataques sem êxito foi retomado um novo contra-ataque no dia 12 de dezembro, todavia

o inverno europeu tomou conta do cenário de guerra, somada a essas condições, a falta de preparação e a não familiaridade do clima levaram os militares brasileiros a sofrerem a perda de 145 homens (JORNAL CORREIO, 2020).

O segundo Tenente Bráulio dos Santos recorda o que presenciou no dia 12 diante das perdas de tantas vidas: O que causava maior tristeza era após o combate encontrar muitos soldados mortos, muitos americanos mortos, carregados pelos pelotões de sepultamento. Isso causava muita tristeza (JORNAL CORREIO, 2020).

O fatídico acontecimento do dia 12 se tornou uma das lembranças mais marcantes para os ex combatentes da FEB, isso porque a derrota sofrida nessa data ceifou a vida de muitos brasileiros. O Sargento José de Oliveira Neves, paraibano, natural do município de Itabaiana, presenciou o triste evento, e relatou a seguinte reação tida por ele e seus companheiros após suas perdas: Monte Castello foi uma questão de honra para os brasileiros, ressaltou o oficial Neves. O trecho a cima explana o sentimento de revanchismo e indignação sentido pelos pracinhas e que determinou que os mesmos recuassem durante o rigoroso inverno para posteriores ataques em melhores condições climáticas (JORNAL CORREIO, 2020).

Uma vez que o inverno europeu se tornou um empecilho nas batalhas para a Força Expedicionária, a tropa brasileira adquire resultados significativos apenas dois meses depois da derrota sofrida em dezembro no Monte Castello. Em 21 de fevereiro de 1945 ocorre um novo ataque contra o Eixo, nessa ofensiva a FEB obteve o auxílio da 10ª Divisão da Montanha americana, bem como da FAB (Força Aérea Brasileira) chegando finalmente a alcançar avanços definitivos e pôr fim a vitória tão desejada contra os inimigos (JORNAL CORREIO, 2020).

Entretanto, a conquista ocorreu com 103 baixas, o Jornal Correio também divulgou alguns dados relevantes sobre a FEB referente a todas as batalhas enfrentadas na Itália, são eles: 2.722 militares feridos, 478 pracinhas mortos em combate, 35 brasileiros capturados como prisioneiros de guerra, 16 militares brasileiros desaparecidos sendo 14 encontrados mortos, mas sem identificação e 6 paraibanos mortos, tendo sido enviados para a guerra cerca de 300 paraibanos (JORNAL CORREIO, 2020).

Além dos paraibanos citados na batalha do Monte Castello outros militares da Paraíba que também fizeram parte da missão mais desafiadora da Força Expedicionária Brasileira foram: O Cabo Benjamim Benedito de Sousa Fonseca da cidade de Guarabira e Otávio da SILVA Guerra, antes Cabo e após a guerra promovido a Sargento, natural do município de Alagoa Grande (CONHECIMENTO ONLINE, 2008)

Diante dos fatos apresentados a Força Expedicionária Brasileira teve um papel fundamental na Segunda Guerra Mundial. Seu esforço de guerra é lembrado e reconhecido em cerimônias militares

onde os ex combatentes são homenageados e honrados por seus feitos e sua coragem. Visto que o comprometimento dos mesmos foi essencial para a vitória na guerra,

Por meio da pesquisa foi possível identificar a relevância que o estado da Paraíba também possui na história da FEB e na contribuição no esforço de guerra durante o estado de beligerância, uma vez que diferentes camadas da sociedade paraibana participou de forma significativa das preparações para a Grande Guerra, mesmo que as razões ideológicas que tiveram forte influência sobre a mobilização no âmbito político, militar e civil não tenham sido feitas de forma livre e democrática, tendo em vista que o governo da época utilizava o autoritarismo para administrar o país.

Sendo assim, essa articulação realizada com a participação do estado é atribuída a resposta da pergunta do trabalho acerca das mobilizações feitas, tendo em mente que não apenas o auxílio civil obteve ações ativas no período destacado, mas também o setor militar de forma interna e externa da região paraibana.

Acreditamos que o estado da Paraíba, tanto por meio de medidas políticas efetuadas durante a Segunda Guerra Mundial, quanto por meio da cooperação militar dentro e fora do território paraibano, cumpriu com o comprometimento, e movimentou setores da educação, imprensa, da área da saúde e até mesmo ofertou recurso natural como o urânio em favor da pátria e das nações aliadas. No entanto, apesar de uma participação fundamental na Segunda Guerra Mundial pouco se fala sobre a presença da mesma nesse acontecimento histórico, algo que precisa ser urgentemente revisto pelas instituições de ensino, autoridades políticas e os órgãos competentes, principalmente do estado paraibano, para que as novas gerações e a própria população saibam e tenham orgulho da função primordial efetuada pelos paraibanos na década de 40.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As decisões efetuadas com o término da Primeira Grande Guerra e que antecederam a segunda desencadearam em alianças e hostilidades iniciadas na Europa, seguindo logo depois para Ásia e finalmente chegando ao continente da América, envolvendo assim diversos atores na conjuntura que se formava e tornando um conflito que antes era apenas europeu para um nível mundial. Ultrapassou por tanto, fronteiras, alcançando solo brasileiro, nordestino e paraibano ao contexto do confronto bélico.

Pensando nisso, a presente pesquisa procurou evidenciar a participação da Paraíba na Segunda Guerra Mundial a partir do âmbito político e militar. Para isso, nesta primeira parte do trabalho foram analisados o contexto geral da guerra afim de compreender seus antecedentes e iniciação por meio das motivações que provocaram o ódio entre Aliados e Eixo e as decisões errôneas e mal formuladas que encaminharam os dois grupos para o estado de beligerância.

Posteriormente, é abordado o posicionamento do Brasil durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, destacando alguns acontecimentos iniciais, são eles: A política externa da chamada “equidistância pragmática” voltada para os Estado Unidos e Alemanha (seus dois principais aliados comerciais), sendo esse um dos motivos para a neutralidade brasileira durante o início da guerra e a semelhança do governo Vargas com os países totalitários, preocupando assim os Estados Unidos na época.

Outrossim que também obteve relevância no direcionamento político da nação foram os seguintes desdobramentos: O crescente distanciamento diplomático com a Alemanha após a nomeação de Oswaldo Aranha para Ministro das Relações Exteriores uma vez que Aranha obtinha um alinhamento direcionado ao governo estadunidense e os acordos brasileiros firmados com as nações americanas para uma proteção coletiva em decorrência de uma possível ofensiva advinda dos países envolvidos na guerra.

Em seguida, a pesquisa apresenta a importância da contribuição dos Estados Unidos para a mudança de direção diplomática brasileira, visto que o Estado Norte Americano possuía uma forte influência sob os países da América Latina e tinha o Brasil como grande parceiro econômico no continente.

Algumas intervenções de Washington podem ser observadas no trabalho e viabilizam o esforço estadunidense para atrair o Estado brasileiro como aliado na guerra em razão deste último está localizado em uma zona estratégica contra as forças do Eixo, tendo em vista que o Brasil possuía um território que estava voltado para o continente africano onde havia a dominação nazista.

Na segunda parte da pesquisa ressaltou a construção do apoio da Paraíba na guerra contra o Eixo, sendo esse cenário no âmbito paraibano crucial para que seja compreendido as articulações realizadas no estado paraibano durante esse período. Nesse sentido, inicialmente é destacado a importância política do interventor da Paraíba Ruy Carneiro nomeado pelo presidente Vargas, o político de origem oligarca atuou de maneira ativa para o esforço de guerra no estado paraibano através de discursos, comícios e reuniões, colocando-se inclusive como porta voz do chefe de governo.

A segunda parte do trabalho também é composta por dois fatos cruciais que foram fundamentais nesse período bélico e para a cooperação paraibana nos assuntos da guerra, o primeiro que destacado foi o sentimento de paraibanidade. O termo paraibanidade utilizado pela historiadora Daviana SILVA corresponde a identidade paraibana construída através das falas de autoridades locais para consolidar um ideal patriótico na Paraíba com a finalidade de união em apoio a guerra.

O presente trabalho também apresentou o posicionamento militar da região em questão, para uma melhor compreensão das medidas adotadas pelo exército e as reações diante do estado de beligerância. Dessa maneira, foi possível identificar que as forças armadas na Paraíba atuaram em conjunto com o ideal nacional contra as nações totalitárias do eixo. Esse fato foi evidenciado por meio

das defesas militares instauradas no litoral paraibano onde poderiam ocorrer ofensivas das forças inimigas nazistas e também através das manobras militares realizadas tanto na capital paraibana como na cidade de Campina Grande com o apoio e a aprovação do interventor Ruy Carneiro, um forte opositor da Alemanha, Itália e Japão.

Na terceira e última parte da pesquisa o conteúdo consiste na participação da Paraíba no âmbito da guerra. Inicialmente explano sobre a formação da Força Expedicionária Brasileira, a origem da sua criação, as motivações relacionadas a uma participação ativa do Brasil na guerra como um posterior protagonismo global e a aquisição de membro permanente na futura Organização das Nações Unidas. Outrossim são as dificuldades enfrentadas para a formação da FEB no que tange às más condições de materiais, armamentos em péssimos estados de conservação e o treinamento militar ineficaz e ultrapassado.

Por outro lado, o Brasil recebeu apoio dos Estados Unidos para a preparação da tropa e desse modo conseguiu proporcionar não apenas o envio da FEB para a guerra como também o Corpo Feminino no Batalhão de Saúde da FEB formado por 73 enfermeiras, incluindo assim a participação das mulheres brasileiras para contribuir no auxílio as forças aliadas.

Por último apresento os fatores que explicam como ocorreu o envio da FEB para a Itália onde combateram as tropas nazistas e fascistas, as cartas de oficiais e um soldado paraibano expressando o orgulho de servirem o país na Força Expedicionária Brasileira e a importância de suas participações na guerra contra as potências do Eixo. Ademais, também ressalto sobre a importância dos relatos de paraibanos em entrevista concedida ao jornal *Correio* e a revista *A Semana* (esta última publicada no blog *Conhecimento Online*) referente a vivencia dos mesmos na Segunda Guerra Mundial, com o intuito de obter informações acerca da batalha no Monte Castello em que os ex combatentes participaram e testemunharam os horrores e atrocidades nos campos de combate.

Considerando os fatos explorados na pesquisa o presente trabalho procurou explicar a participação da Paraíba na Segunda Guerra Mundial tanto na esfera política como militar para destacar esse acontecimento da história pouco discutido e inviabilizado no âmbito acadêmico e social do estado paraibano. Todavia, apesar de seu esquecimento por parte dos setores mencionados, a relevância desse fato histórico no que tange a sua atuação dentro da região e por meio da cooperação nacional e internacional ofertada durante período bélico, adentra inclusive no campo das relações internacionais.

No âmbito das relações internacionais a colaboração paraibana foi importante no que tange o envio de matéria prima como o urânio em Picuí para a fabricação de munições utilizadas na guerra pelas forças aliadas, as defesas dos litorais contra o eixo que foram efetuadas tanto pela polícia militar da Paraíba como também por meio do exercito brasileiro e o envio de militares paraibanos através da Força Expedicionária Brasileira, estabelecendo assim uma cooperação da Paraíba direcionada aos aliados na guerra.

A autora procurou destacar a relevância de um tema tão importante na área social e acadêmica pois é crucial que a história seja lembrada para que os erros do passado não sejam repetidos no futuro, e por conseguinte que o papel de cada ator estatal e não estatal pertencente a esfera nacional ou internacional possa ser reconhecido conforme suas ações.

Contudo, é notório que um assunto de extrema importância para a história do Brasil ainda é pouco discutido em nossa sociedade, o que se torna até mesmo uma negligência com os ex combatentes que são heróis de guerra, principalmente no estado da Paraíba onde o tema não é trabalhado nas escolas ou mesmo apresentado nos museus da região. As consequências desse fato podem ser vistas na pouca quantidade de materiais sobre o tema e na falta de conhecimento por parte da população, conhecimento esse que não é repassado pelas autoridades políticas e educacionais que deveriam estudar e implementar maneiras de desenvolver o debate em questão.

Diante disso, é esperado que este trabalho possa chamar a atenção de acadêmicos internacionalistas e historiadores para a ampliação da pesquisa, tendo em vista que se trata de uma discussão fundamental e merece ser viabilizada e valorizada, uma vez que infelizmente a temática é pouco abordada e limitada em questão da escassa contribuição de materiais ofertados de alguns poucos historiadores paraibanos interessados no tema.

REFERÊNCIAS:

1922: Alemanha e URSS se reaproximam após 1ª Guerra. **DW**, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1922-alemanha-e-urss-se-reaproximam-ap%C3%B3s-1%C2%AA-guerra/a-306963>. Acesso em: 14 set. 2022.

A CRIAÇÃO DA FEB. **Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo**, 2020. Disponível em:

<https://cporsp.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/428-antigosalunos#:~:text=A%20CRIA%C3%87%C3%83O%20DA%20FEB&text=A%20proposta%20concretizou%2Dse%20em,Jo%C3%A3o%20Batista%20Mascarenhas%20de%20Morais>. Acesso em: 27 fev. 2023.

ANDRADE, Liliâne. O Nordeste brasileiro e a II Guerra Mundial. **BOLETIM DO TEMPO PRESENTE**, 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente> . Acesso em: 26 dez. 2022.

ANTECEDENTES DE LA SEGUNDA GUERRA. **Portal Académico CCH**, 2017. Disponível em: <https://e1.portalacademico.cch.unam.mx/alumno/historiauniversal2/unidad2/segundaGuerraMundial/antecedentes> . Acesso em: 14 set. 2022.

BERNARDES, Luana. Países Aliados. **TOESTUDO**, 2018. Disponível em: <https://www.todoes-tudo.com.br/historia/paises-aliados> . Acesso em: 06 out. 2022.

CARRILHO, Antônio; MELO, Tiago, 2012. 1 vídeo (51 min). Publicado pelo canal Mineração IFPB, Campos Picuí. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q9SV0LfyNWk&t=15s> . Acesso em: 15 nov. 2022.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: UNB, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. C. **ResearchGate**, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287205252_A_Segunda_Guerra_Mundial_Causas_Estrutura_Consequencias . Acesso em: 19 jun. 2022.

COSTA, Marcos. **A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: MEMÓRIAS DE UM CONFLITO**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

DARÓZ, Carlos. A artilharia brasileira e a defesa de Fernando de Noronha durante a 2ª Guerra Mundial. **Tiempo y Espacio**, 2017. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-94962017000100002 . Acesso em: 21 fev. 2023.

ESQUADRÃO 201 (México). **Wikiwand**, 2021 Disponível em: [https://www.wikiwand.com/pt/Esquadr%C3%A3o_201_\(M%C3%A9xico\)](https://www.wikiwand.com/pt/Esquadr%C3%A3o_201_(M%C3%A9xico)). Acesso em: 06 out. 2022.

EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA. **Mais Retorno**, 2020. Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/termos/e/equidistancia-pragmatica> . Acesso em: 10 nov. 2022.

FERNANDE, Cláudio. A Primeira Guerra Mundial: A Grande Guerra. **HISTÓRIA do MUNDO**. 2022. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/primeira-guerra-mundial.htm>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA. **ADIEx ITÁLIA**, 2020. Disponível em: <https://www.adiexitalia.org/index.php/pt/forca-expedicionaria-brasileira-feb> . Acesso em: 27 fev. 2023.

HERÓIS DO CASTELLO (Paraibanos que lutaram na II Guerra Mundial relembram a vitória em Monte Castello.). **Conhecimento Online**, 2008. Disponível em: <http://onlineconhecimento.blogspot.com/2008/12/heris-do-castello-paraibanos-que.html> . Acesso em: 27 mar. 2023.

HOBBSAWM, Eric. **ERA DOS EXTREMOS: O breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

Monte Castello: há 75 anos, Brasil conquistava sua maior vitória na Itália. **Jornal Correio**, 2020. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/monte-castello-completa-75-anos/> . Acesso em: 03 mar. 2023.

O EXÉRCITO BRASILEIRO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL **EXÉRCITO BRASILEIRO**. 2018. Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=/asset_publisher/view_content&_101_assetEntryId=1556825&_101_type=content&_101_urlTitle=o-exercito-brasileiro-na-segunda-guerra-mundial&inheritRedirect=true . Acesso em: 17 jul. 2022.

OLIVEIRA, Natan. História do Brasil – Um resumo da Política Externa Brasileira na Era Vargas. **Diário das Nações**. 2020. Disponível em: <https://diariodasnacoes.wordpress.com/2020/10/22/historia-do-brasil-um-resumo-da-politica-externa-brasileira-na-era-vargas/> . Acesso em: 17 out. 2022.

Jornal **A União**. Agosto e Setembro de 1942/Setembro de 1944.

A DEDICATÓRIA DE ROOSEVELT PARA GETÚLIO VARGAS. **Piauí**, 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/a-dedicatoria-de-roosevelt-para-getulio-vargas/> . Acesso em: 02 mai. 2023.

PICUÍ-PB: Documentário "Urânio Picuí". **Educação em foco – Antonio de Pádua Sobrinho**, 2012. Disponível em: <http://sobrinhopicui.blogspot.com/2012/08/picui-pb-documentario-uranio-picui.html> . Acesso em: 28 dez. 2022.

SANTOS, Luciana. **Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

SILVA, Daviana. **A CONSTRUÇÃO DA PÁTRIA AMADA: Educação, Patriotismo e Nacionalismo na Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2016.

30º Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2019, Recife. **ANPUH** [..]. Recife, 2019. 16 p. Tema: A INTERVENTORIA DE RUY CARNEIRO (1940-1945) E O PATRIOTISMO NA PARAÍBA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

SILVA, Eliete. **O PODER OLIGÁRQUICO NA PARAÍBA: DESCONTINUIDADE E RECRIAÇÃO (1889 - 1945)**. 1985. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande. 1985.

SILVA, Severino. **RIO TINTO: Como Tudo Começou**. 2016. (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira. 2016.

30º Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2019, Recife. **ANPUH** [..]. Recife, 2019. 11 p. Tema: A VENEZA AMERICANA E O TRAMPOLIM DA VITÓRIA: UM ESTUDO COMPARADO ACERCA DE RECIFE E NATAL NA ÉPOCA DA SEGUNDA GUERRA (1939-1945).

VAINFAS, Ronaldo. Nordeste flagelado pelos nazistas. **Varia História**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/rbDM93jjmCWfs5NnYfhQxff/?lang=pt> . Acesso em: 26 dez. 2022.

VIGEVANI, Tullo. O AMBIENTE INTERNACIONAL QUE AMEAÇA A PAZ, GERA A GUERRA E DESENCADEIA O GENOCÍDIO. **REVISTA USP**, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28141/29952> . Acesso em: 15 jun. 2022.